

RELATÓRIO DE MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

O nível de conhecimento dos alunos sobre os diversos níveis de poder (do internacional ao local)

António Guilherme Lemos Gambier Machado

M

2021



António Guilherme Lemos Gambier Machado

***O nível de conhecimento dos alunos sobre os
diversos níveis de poder
(do internacional ao local)***

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pelo Professor Doutor Luís Alberto Alves.

Orientadora de Estágio, Professora Joaquina Novo.

Supervisora de Estágio, Professora Doutora Cláudia Ribeiro.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

António Guilherme Lemos Gambier Machado

O nível de conhecimento dos alunos sobre os diversos níveis de poder (do internacional ao local)

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Secundário orientada pelo Professor Doutor Luís Alberto Alves.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

“O mundo é tão bonito e eu tenho tanta pena de morrer.

É isto que não entendo – mas a culpa não é tua.”

José Saramago, Carta a Josefa, minha avó (1968)

O mundo é tão bonito e eu tenho tanta pena de te ter perdido.

*Ao meu saudoso **avô** Guilherme que me viu partir nesta caminhada, mas
infelizmente não me a viu concluir, a toda a minha família, em especial aos **meus pais e**
irmãs e aos amores da minha vida, **Sandra, Dara e Lourenço.***

Índice

Declaração de honra.....	4
Agradecimentos.....	6
Resumo	7
Abstract.....	8
Índice de Figuras	9
Índice de Gráficos.....	10
Lista de abreviaturas e siglas	11
Introdução.....	12
1.O Poder, os Jovens e a Escola – Enquadramento Teórico.....	15
1.1. A política e os jovens	15
1.1.1. A política é para jovens?.....	15
1.1.2. O que se aprende na Escola?	18
1.2. O Poder e os jovens.....	21
1.2.1. O Poder Internacional	21
1.2.2. O Poder Nacional/Central.....	30
1.2.3. O Poder Regional (em concreto nos Açores)	33
1.2.4. O Poder Local.....	41
2.A Escola e os alunos – Enquadramento Metodológico.....	49
2.1. Enquadramento geográfico.....	49
2.2. A Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade	52
2.2.1. Da Fundação à atualidade.....	52
2.2.2. Caracterização das turmas.....	55
2.3. O que eles sabem: inquérito e aula lecionada	58
2.3.1. Objetivo e objeto de estudo.....	58
2.3.2. Inquérito por questionário.....	60
2.3.3. Aula lecionada	63
3.Resultados e feedback	65
3.1. Resultados do Inquérito.....	65
3.2. Análise dos resultados do Inquérito.....	78
3.3. Feedback da Aula lecionada	79
Considerações Finais	81

Fontes e Bibliografia	84
Anexos.....	87
Anexo 1 – Questionário Online (Introdução)	87
Anexo 2 - Questionário Online (Secção 1 - Dados pessoais).....	87
Anexo 3 - Questionário Online (Secção 2 - Nível de importância dos Órgãos de Poder)	88
Anexo 4 - Questionário Online (Secção 3 – Conhecimento sobre o Poder Europeu	89
Anexo 5 - Questionário Online (Secção 4 – Conhecimento sobre o Poder Nacional).....	90
Anexo 6 - Questionário Online (Secção 5 – Conhecimento sobre o Poder Regional)	91
Anexo 7 - Questionário Online (Secção 6 – Conhecimento sobre o Poder Local)	91
Anexo 8 - Questionário Online (Secção 7 – Pergunta Aberta)	91
Anexo 9 - Questionário Online (Saudação Final)	91
Anexo 10 – Questionário Escrito.....	91
Anexo 11 – Plano de Aula lecionada sobre a Democratização em Portugal.....	91

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório de estágio, *O nível de conhecimento dos alunos sobre os diversos níveis de poder: do internacional ao local*, é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Uzelina, setembro de 2021

António Guilherme Lemos Gambier Machado

Agradecimentos

O primeiro agradecimento é direcionado aos meus pais, José e Natal, ao meu pai que sempre serviu como fonte de inspiração para me dedicar à área de História, à minha mãe como suporte total para que nada me faltasse, bem como às minhas irmãs por sempre acreditarem em mim e demonstrarem orgulho do meu percurso.

À minha companheira de toda as lutas, Sandra, pelo apoio incondicional e paciência ao longo de todo este período, que durante a minha ausência foi uma guerreira no cuidado ao meu filho Lourenço e à minha enteada Dara.

Ao meu “camarada” André, parceiro de todas as horas, por nunca me deixar sentir sozinho nesta caminhada, pela ajuda e pela frontalidade característica intrínseca a uma amizade de irmão, num percurso que começou há sete anos na licenciatura em História na Universidade dos açores.

A todos meus amigos da minha ilha de residência, São Jorge, tantos que não posso mencionar nenhum em prejuízo de faltar algum e a todas as novas e reforçadas amizades na ilha Terceira onde desenvolvi o meu estágio, especialmente ao Rui, que tal como o André partilhou casa comigo e que ao longo dos últimos meses se revelou uma amizade para a vida.

A todos os meus professores desde meu percurso escolar ao académico, em que todos e cada um contribuíram não só para o estudante, como para a pessoa que sou hoje, especialmente o professor Rodrigo Guedes, seria ingrato não destacar o professor Luís Alberto Alves que aceitou e demonstrou total disponibilidade na orientação da realização deste relatório de estágio, e pela sua franca paciência perante o procrastinador nato que nem eu e também à professora Cláudia Ribeiro, que mesmo à distância nunca nos deixou ficar abandonados, disponibilizando-se sempre para nos ajudar, independentemente das circunstâncias e por último à nossa coorientadora professora Joaquina Novo, por todos as sugestões, reparos, elogios que nos fizeram crescer muito no que toca à prática do docente.

Resumo

Aos alunos exige-se que aprendam, aos docentes exige-se que ensinem e vice-versa, artilhando os jovens com conhecimentos e competências úteis e necessárias para aplicarem ao longo da sua vida nos mais diversos contextos. Os jovens hoje serão os adultos de amanhã e, embora soando a clichê, este é um dado adquirido. Tentamos, então, perceber em que medida a Escola pode e deve intervir para formar cidadãos informados e capazes de compreender os mais distintos níveis de poder da nossa sociedade democrática, com os estudantes de turmas do 9.º e 10.º anos, da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade.

Este relatório é fruto de uma reflexão pessoal desenvolvida ao longo do período de estágio sobre aquilo que acredito ser a importância do conhecimento sobre os diversos níveis de poder e a realidade do grau de conhecimento que os alunos detêm sobre os mesmos, bem como sobre o papel que a Escola e a disciplina de História têm, ou possam vir a ter, nesse mesmo conhecimento. O que permitiu tirar ilações importantes para a elaboração de uma análise daquilo que considero ser o peso do ensino numa matéria tão importante para o presente e o futuro dos jovens alunos.

Para isso, foi elaborado um inquérito para o estudo do nível de conhecimento destes estudantes sobre os diversos órgãos e cargos de poder, quer na consideração da sua importância, quer em concreto no nível de conhecimento que possuíam do poder Internacional ao Local, passando pelo Nacional e Regional e em que contexto possa ter sido adquirido. Ao abordar esta temática é inevitavelmente obrigatório abordar questões relacionadas com a participação democrática, em concreto com o exercício do direito ao voto no que diz respeito aos eleitores mais jovens, onde alguns ainda se encontram a desenvolver o seu percurso escolar.

Palavras-chave: poder, conhecimento, níveis, órgãos

Abstract

Students are required to learn, while teachers are required to teach and vice-versa, equipping young minds with knowledge, useful and necessary skills for them to apply throughout the course of their life. Today's young will be tomorrow's adults, and despite sounding cliché, it is an acquired fact. Let us then try to understand in which measure School can and should intervene to educate informed citizens, capable of understanding the distinct power levels in our democratic society, working with students from 9th and 10th grade of the Jerónimo Emiliano Andrade Secondary School.

Through a personal reflexion by the author during the internship, this report embodies the importance of the different power levels and the degree of real knowledge that students possess about them, as well as the role of School and History classes have or can have in acquiring such knowledge. Important conclusions were taken for an analysis of what the author believes is the weight of education in such an important matter, the present and future of young students.

To this end, an inquiry was conducted to ascertain the level of knowledge these students have about the multiple state agencies and respective offices, be it their perceived importance, or their knowledge level about the different levels of power, from International to Local, including National and Regional, and in which context this may have been acquired. When approaching this subject, it is obligatory to approach questions related with democratic participation, mainly with regards to the right to vote among younger voters, when some are still developing their academic path.

Key-words: power, knowledge, levels, state agencies

Índice de Figuras

FIGURA 1 - MAPA DA ILHA TERCEIRA COM DELIMITAÇÃO DOS CONCELHOS E FREGUESIAS	50
FIGURA 2 - ESCOLA SECUNDÁRIA JERÓNIMO EMILIANO DE ANDRADE ATUALMENTE	53
FIGURA 3 – ÓRGÃOS DO PODER CENTRAL.....	64
FIGURA 4 - ÓRGÃOS DO PODER REGIONAL.....	64
FIGURA 5 - ÓRGÃOS DO PODER LOCAL.....	64

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA SUPERFÍCIE TOTAL DO ARQUIPÉLAGO POR ILHAS (%)	49
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DO ARQUIPÉLAGO POR ILHAS.....	50
GRÁFICO 3 – IDADE DOS INQUIRIDOS.....	65
GRÁFICO 4 – GÉNERO DOS INQUIRIDOS.....	66
GRÁFICO 5 – ANO DE ESCOLARIDADE QUE O INQUIRIDO FREQUENTA	66
GRÁFICO 6 – NÍVEL DE IMPORTÂNCIA DOS ÓRGÃOS E CARGOS DE PODER.....	67
GRÁFICO 7 - NÍVEL DE IMPORTÂNCIA DOS ÓRGÃOS E CARGOS DE PODER	67
GRÁFICO 8 - NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O PODER EUROPEU (PARLAMENTO EUROPEU).....	68
GRÁFICO 9 - O CONTEXTO DA AQUISIÇÃO DESSE CONHECIMENTO	68
GRÁFICO 10 – CONTEXTO ESCOLAR.....	69
GRÁFICO 11 - NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O PODER NACIONAL (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA).....	70
GRÁFICO 12 - O CONTEXTO DA AQUISIÇÃO DESSE CONHECIMENTO	70
GRÁFICO 13 - CONTEXTO ESCOLAR.....	71
GRÁFICO 14 - O CONTEXTO DA AQUISIÇÃO DESSE CONHECIMENTO	72
GRÁFICO 15 - NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O PODER REGIONAL (ASSEMBLEIA REGIONAL).....	72
GRÁFICO 16 - CONTEXTO ESCOLAR.....	73
GRÁFICO 18 - NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O PODER LOCAL (CÂMARA MUNICIPAL E JUNTA DE FREGUESIA)	74
GRÁFICO 17 - O CONTEXTO DA AQUISIÇÃO DESSE CONHECIMENTO	74
GRÁFICO 19 - CONTEXTO ESCOLAR.....	75

Lista de abreviaturas e siglas

FLUP FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

IPP INICIAÇÃO À PRÁTICA PROFISSIONAL

UE UNIÃO EUROPEIA

CeD CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

Introdução

“A única coisa que sabemos do futuro é que será o que os jovens fizerem. Eu não acredito na futurologia, mas a única coisa que é segura é que a sociedade futura e o mundo futuro é o que os jovens fizerem. Não no futuro, agora. Porque o futuro é feito do presente.”

Manuel Castells, *Fronteiras do Pensamento*, 2015¹

Teimo em me agarrar à premissa de que “os jovens não são o mundo de amanhã, mas sim, parte ativa e integrante do mundo de hoje”, não que os jovens de hoje sejam melhores que os jovens de ontem, mas é que pelo raciocínio lógico os adultos de hoje foram os jovens de ontem, o mundo não parou, não estagnou, pelo contrário avançou e vai avançando cada vez mais a um ritmo vertiginoso.

Não podendo controlar esse ritmo como quem controla a velocidade de um veículo, podemos e devemos tentar encontrar um equilíbrio que permita à jovem sociedade estar preparada para os avanços que aí vêm, tomando-os em benefício próprio e comum para com os seus pares. Não o deixando apenas no papel, ou nas palavras que o vento lá leva, mas colocando-o em prática, não promovendo um choque de gerações, mas uma aliança das mesmas.

Do trabalho teórico e prático feito, até às conversas informais desenvolvidas com os alunos, decorreram claras demonstrações que não podia nem devia subestimar o conhecimento e posicionamento perante a temática a abordar com os mesmos. Ficou por de mais evidente que não é um assunto completamente desconhecido por parte dos alunos tanto do 9.º como do 10.º ano, o que acabaria por ser confirmado com os questionários efetuados a uma maioria destes mesmos alunos. Ainda há a salientar o interesse demonstrado por determinados grupos das várias turmas em conversas informais mesmo depois de terminadas as aulas. Este interesse pela temática, não sendo

¹ <https://www.fronteiras.com/videos/o-poder-da-juventude-e-a-autocomunicacao>

generalizado, acabou por se revelar mais abrangente do que o expectado no começo da sua abordagem, fruto de um preconceito criado e alimentado ao longo da minha vida pelo mito de que a política não é para jovens e que por isso também não é do seu interesse.

Como já referi, no início do ano letivo 2020/2021, a escolha desta temática a abordar no relatório, no âmbito da Unidade Curricular – Iniciação à Prática Profissional (IPP), do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (MEH) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), foi fruto de uma reflexão feita daquilo que gostaria e acredito que me teria preparado para enfrentar os desafios que hoje enfrento na minha vida política ativa. A ideia foi amadurecendo à medida que se desenrolava o convívio com os alunos das turmas atribuídas à nossa orientadora, com o “clique” decisivo a ser dado logo após a realização das Eleições Legislativas da Região Autónoma dos Açores a 25 de outubro de 2020.

Dada a minha experiência pessoal, como mais incidência num órgão de poder local, onde este ano terminei um mandato de quatro anos como deputado de uma assembleia municipal, entre outras e diversas candidaturas ao órgão de poder regional nos Açores e participações em diversos atos eleitorais (Eleições Legislativas Nacionais, Eleições Presidências e Eleições Europeias), trazia uma bagagem de conhecimento sobre funcionamento dos mais diversos órgãos de poder, contudo, conhecimento esse que só viria a ser adquirido e consolidado numa fase pós-escolar e que muito provavelmente só se desenvolveu pela minha vontade pessoal e capacidade autodidata de absorção desse conhecimento.

Comecei a alargar a área de pesquisa, sendo fundamental pensar nos jovens alunos e no conhecimento sobre os diversos órgãos de poder como algo integrado, como duas linhas que não podem ser simplesmente paralelas e onde e quando se cruzam é de forma muito ténue, tinha que as pensar como duas linhas incorporadas, numa linha em que temos os jovens alunos e aquilo a que se dispõem a aprender e noutra linha o conhecimento que realmente importa ter e desenvolver sobre os diversos órgãos de poder. Numa primeira fase percebendo se são compatíveis, e se não, numa

segunda fase, torná-las compatíveis, adaptando uma à outra (jovens alunos x conhecimento dos órgãos de poder). Foi ainda nesta fase que me deparei com o “*Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*” nos cartazes afixados nas diversas salas de aula. Acredito que não fosse lá colocado por motivos meramente decorativos, com destaque para um ponto central no que toca aos “valores” onde incluem-se “cidadania e participação”, que no meu ponto de vista pessoal só poderá ser adquirido com conhecimento ou “saber” como é adjetivado nos “princípios” do esquema referente ao *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.²

²https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

1. O Poder, os Jovens e a Escola – Enquadramento Teórico

1.1. A política e os jovens

1.1.1. A política é para jovens?

A política não tem sido ao longo das últimas décadas uma área bem tratada e discutida. Criou-se no entendimento da sociedade portuguesa que a política é só para alguns – para os candidatos, para os eleitos e que a maioria não tem uma noção muito bem definida da sua participação no processo político, resumindo-se muitas vezes ao pensamento de que o ato do voto por si só já contempla uma participação na sua plenitude, em que a juventude não é exceção. Os jovens acabam por ter pautas muito específicas, destacando-se numa fase inicial o acesso ao mercado de trabalho, fazendo dela uma das suas maiores preocupações (LOBO, 2015: 7-21), definindo a formação em primeiro lugar na sua lista de prioridades, colocando em segundo plano a política, até porque o forte marketing política na atualidade foca-se essencialmente nos atos eleitorais, não sendo, portanto, uma prática recorrente nem existindo uma “educação política” na qual os jovens se possam agarrar para dar continuidade à sua participação política.

Apesar de Portugal, em comparação com os restantes países da Europa, ter uma das taxas mais elevadas de jovens com participação em alguma organização política, cerca de 9,3%, a política continua a não ser uma prioridade para os jovens, priorizando a atividade em organizações de cariz desportivo, juvenil, cultural, local e direitos humanos, sendo que quase metade, 47%, não participa em qualquer atividade. A internet passou a ser o principal palco onde os jovens se fazem ouvir, com um taxa de 38% de participação na partilha online de conteúdos políticos, seguindo-se 27% na assinatura de petições, 15% no contacto com um político, 8% no boicote de produtos e uso de um símbolo de uma campanha, ficando a participação em manifestações situada nos 6%, ao contrário da adesão a este recurso em larga escala em momentos como em 1992-1994, onde estudantes promoveram diversas iniciativas nas ruas em protesto contra as propinas e a Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior, ou ainda em 2011-

2012 onde os jovens participaram de forma massiva em grandes manifestações contra a precariedade e austeridade gerando a conhecida “Geração à Rasca”. Em relação ao exercício de voto houve uma diminuição significativa da participação dos jovens (18-30 anos) ao longo do período democrático, atingindo o seu auge nas Eleições Legislativas nacionais de 1985 com uma taxa de 21% de participação dos jovens, ao passo que em 2017 apenas se registou a participação de 14% dos jovens no ato eleitoral das Eleições Autárquicas. Em relação ao desempenho de cargos políticos também se regista uma diminuição da presença de jovens. Se na Assembleia Constituinte de 1975-1976 a taxa de deputados de até 35 anos era de 38%, em 2015 na VI Legislatura essa percentagem não passava dos 20%, significando um aumento da média de idades dos deputados eleitos de 42 para 48 anos, registando também um aumento da idade média dos presidentes de câmara de 1976 a 2013, de 42 para 49 anos.³

Hoje as áreas de socialização da juventude estão, definitivamente, além da escola e família, como se registava no passado. Os meios de comunicação, em especial a internet mudou o paradigma da aquisição de informação, embora não diretamente sobre informação política (LOBO, 2015: 50-52), no entanto a juventude não é desinformada como muitos podem pensar, não tem é uma formação aprofundada, mas possui um manancial de recursos para a aquisição da informação, por vezes ténue e superficial, mas não lhe escapa o que está a acontecer quer no cenário local, como no nacional e internacional. Entretanto as formas de participação são outras: se no passado eram feitas essencialmente na “rua” por uma necessidade de empoderamento demonstrado de forma “física”, hoje com os novos meios de comunicação, as pessoas, não exclusivamente os jovens, encontram-se constantemente conectados, não estão ausentes, não estão é, maioritariamente, presentes fisicamente nas ruas. No entanto, estão de uma maneira muito significativa a participar, embora num modelo diferente, onde continuam a trocar ideias, a ler textos, que muitas vezes se misturam com as “fake news”, porque nem sempre na leitura e no afinho de compreender o que está a

³ https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2018/09/JOVENS_POLITICOS_Finalb.pdf

acontecer, as pessoas dedicam o tempo e a intensidade necessária no apuramento e na checagem da veracidade da informação consumida, o que também acaba por se revelar um problema.

Acabou-se por verificar nos últimos anos uma diminuição da participação ativa política e associativa da população em geral, com especial foco na juventude, não havendo nenhum tipo de participação social ou política que os jovens se encontrem acima da média nacional (LOBO, 2015: 52-54). De qualquer forma, quando se pensa em participação, colocando em oposição, uma não participação, um afastamento da juventude em relação ao quotidiano em particular à política, acaba por se revelar uma ilusão. Talvez haja, sim, um interesse de se pensar que a juventude se encontra desligada do mundo atual, contudo não mais é do que um equívoco profundo. A prova disso são protestos à escala mundial, como o iniciado pela jovem ativista sueca Greta Thunberg, de apenas 16 anos, gerando um movimento internacional a exigir políticas contra as mudanças climáticas, especialmente focado nos estudantes, conhecido como “Youth For Climate” (Jovens pelo Clima). Em março de 2019 promoveu manifestações em 1800 cidades de mais de 100 países sob o lema “Friday for Future” (Sexta-feira pelo Futuro)⁴, além de ter abalado as redes sociais e a comunicação social. Os jovens também se manifestaram “fisicamente” em Portugal com várias greves de estudantes em diversos pontos do país⁵, tendo como momento alto, a sua passagem por Lisboa onde mobilizou centenas de jovens à espera da sua chegada⁶.

⁴ <https://www.efe.com/efe/brasil/mundo/jovens-protestam-em-todo-mundo-para-exigir-politicas-contra-mudan-a-climatica/50000243-3926273>

⁵ <https://sicnoticias.pt/especiais/crise-climatica/2021-03-19-Jovens-voltam-as-ruas-para-exigir-respostas-para-a-crise-climatica-0708d08e>

⁶ <https://tvi.iol.pt/videosmaisvistos/centenas-a-espera-de-greta-thunberg-no-porto-de-lisboa/5de61ebb0cf2e726c86002fc>

1.1.2. O que se aprende na Escola?

Era chegada a hora de fazer um diagnóstico sobre aquilo que se ensina e aprende nas Escolas, nas diversas disciplinas e anos de escolaridade sobre a temática em causa. Comecei então pela disciplina que faria, pressupondo eu, mais sentido enquadrar a temática a desenvolver – Cidadania e Desenvolvimento (CeD), a começar pelo próprio nome, com ênfase para a “Cidadania” que não é mais do que aquilo que o indivíduo faz com os seus direitos e deveres em sociedade. Debruçamo-nos naquilo que são os princípios desta disciplina: “a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelas outras, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos”⁷ e ainda num esquema, à semelhança do alusivo ao *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, onde há a referência a “conhecimentos”. Analisando mais a fundo as aprendizagens essenciais desta disciplina (CeD)⁸, há desde logo uma menção à convergência entre as mesmas e o perfil atrás mencionado.

Ainda no que diz respeito à disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, segundo as aprendizagens essenciais, deve ser “desenvolvida com o contributo de todas as disciplinas constantes nas matrizes curriculares-base”. No ensino secundário fica ao critério da Escola adotar o modelo de lecionação a ser posto em prática, com os domínios a desenvolver pré-estabelecidos e organizados em três grupos, onde no segundo grupo, a ser trabalhado pelo menos em dois ciclos do ensino básico, surge “Instituições e participação democrática”.⁹

Rumando à disciplina de História e Geografia de Portugal do 6º ano do Ensino Básico, podemos constatar que a indicação que o aluno deverá “Identificar/aplicar conceitos: democracia, descolonização, direito ao voto, câmara municipal, junta de

⁷ <https://cidadania.dge.mec.pt/>

⁸ https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/cidadania_e_desenvolvimento.pdf

⁹ https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/cidadania_e_desenvolvimento.pdf

freguesia (...)”¹⁰, enquanto que no Programa, no tema: Portugal no Passado e no subtema: O 25 de Abril e a construção da Democracia, são incluídos conceitos/noções básicas, tais como: Democracia; Direito ao voto; Poder central; Governo; Assembleia da República; Região autónoma; Poder local; Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Procura-se que “se identifiquem órgãos do poder local (câmara municipal e junta de freguesia) e órgãos de poder central (Presidente da República), distinguindo os órgãos representativos do poder nas regiões autónomas.”¹¹

Na Disciplina de História do 9.º ano do 3.º Ciclo do Ensino Básico, registamos nas Aprendizagens Essenciais o dever de o aluno ser capaz de “Identificar/aplicar os conceitos (...) Poder autárquico; Descentralização”¹². No que ao seu programa diz respeito, encontramos referência na linha de conteúdos “11.3 – Portugal: do Autoritarismo à Democracia, em Portugal Democrático, A Revolução de Abril e o processo revolucionário; as novas instituições democráticas”, associados “conceitos/noções básicas”, tais como: “democratização, autonomia regional, poder autárquico e descentralização”, tendo ainda, como sugestões metodológicas: compreender “o significado de democratização tornada possível com o 25 de Abril, identificando as principais instituições democráticas e sublinhando a importância para as populações da dinamização do poder autárquico e a criação de regiões autónomas”, bem com a proposição de estratégias/atividades como: “a recolha pelos alunos de informações sobre o poder autárquico na freguesia ou no concelho em que habitam, assistindo, se possível a uma sessão de Assembleia de Freguesia ou da Assembleia Municipal; a elaboração de um diagrama com o funcionamento dos órgãos de poder central”. Fica, assim, estabelecida a correlação entre a Disciplina de História do 9.º ano

10

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/2_ciclo/6_historia_e_geografia_de_portugal.pdf

¹¹ https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hgp_programa_2c2.pdf

12

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/historia_3c_9a_ff.pdf

e os órgãos de poder local, regional e central no seu formato atual.¹³ Ainda uma curta referência para aquilo que são as aprendizagens essenciais e o programa de História A do 12.º, não havendo nenhuma nota digna de registo sobre conteúdos a lecionar que digam respeito aos diversos níveis de poder em Portugal.

Uma breve nota referente à disciplina de História, Geografia dos Açores, lecionada no 2.º e 3.º ciclo de escolaridade, que adquiriu o cariz obrigatório no ano letivo de 2019/2020, podendo ser posta em prática em duas modalidades diferentes, ficando a sua escolha ao critério de cada escola, tendo como opções ser uma disciplina autónoma ou de forma integrada em complemento ao programa de diversas disciplinas. Há aí referência nas orientações curriculares e metodológicas no 5.º ano em integração com as disciplinas de Ciências da Natureza e História, nos seus Conteúdos Temáticos a “Organização administrativa local: a câmara municipal e a junta de freguesia;”, no 6.º ano “A organização político-administrativa regional: órgãos e competências gerais;”.¹⁴

Por fim, abordando disciplinas de cariz opcional, destaca-se a disciplina de Ciência Política transversal dos quatro Cursos Científico-Humanísticos, com abordagens na Unidade II aos pontos: “2.1. Poder Político e o Estado”; “2.3. As Ideologias Políticas”; “2.4. A Reflexão Contemporânea sobre as Funções e a Extensão do Estado”, na Unidade III aos pontos: “3.2. Sistemas de Governo na atualidade”; “3.3. A relação dos cidadãos com a política”; “3.4. O sistema político em Portugal”, na Unidade IV aos pontos “4.1. A União Europeia: um sistema político *sui generis*”, temáticas fundamentais e aprofundadas em comparação com as outras disciplinas analisadas, frisando a não obrigatoriedade desta disciplina o que não vincula qualquer garantia da aprendizagem universal destes conteúdos.

¹³ https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_2.pdf

¹⁴ http://base.alra.pt:82/Doc_Req/Xrequeresp442.pdf

1.2. O Poder e os jovens

1.2.1. O Poder Internacional

O poder internacional tem-se debruçado e criado motores para o desenvolvimento educacional dos jovens. Assim, irei focar-me sobre a história e medidas atuais tomadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo/a Parlamento Europeu (PE)/União Europeia (UE).

A ONU, ganharia forma com a Carta das Nações Unidas aprovada na Conferência de São Francisco (EUA), que decorreu entre abril e junho 1945. Nessa sessão inaugural estiveram presentes 50 nações e foi fundada a Organização das Nações Unidas, que passou a ter existência oficial a partir de 24 de outubro do mesmo ano, após ratificação dos respetivos Estados-membros. Os objetivos da ONU eram essencialmente a manutenção da paz, através da resolução e prevenção de conflitos entre as nações.¹⁵

Atualmente, a ONU tem 193 membros e os estados-membros estão representados na Assembleia Geral que analisa os principais problemas internacionais. É, no entanto, no Conselho de Segurança que se tomam as decisões mais importantes, estando representados apenas cinco membros permanentes (Estados Unidos, Federação Russa, Grã-Bretanha, França e República Popular da China) e ainda outros dez eleitos entre os seus membros, por um período de dois anos. A ONU tem sido o principal fórum de discussão e tentativa de resolução dos conflitos à escala mundial. Embora não tenha consigo evitar diversos conflitos.¹⁶

A ONU tem um conjunto de organismos especializados, onde se inclui a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).¹⁷

A ONU tem na sua agenda de objetivos traçados, até 2030, diversas medidas no âmbito de um dos principais objetivos que é a Educação de qualidade, com especial destaque para: o acesso livre, equitativo e de qualidade para todos jovens; o acesso

¹⁵ <https://unric.org/pt/historia-da-onu/>

¹⁶ <https://unric.org/pt/quais-sao-os-membros-do-conselho-de-seguranca-da-onu-e-como-sao-eleitos/>

¹⁷ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/cronologia-da-ue>

universal para homens e mulheres aos diversos tipos e níveis de educação; as disparidades de género na educação e igualar acesso a todos níveis de educação e formação; o aumento substancial da taxa de alfabetização dos jovens e adultos bem como a aquisição de conhecimento básico em matemática; a educação para um desenvolvimento sustentável; a construção e melhoria das instalações físicas apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e à igualdade de género; o aumento substancial do contingente de professores qualificados; entre outras várias medidas.¹⁸

No documento “Educação um Tesouro a Descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI”, são-nos apresentadas algumas linhas chave da atuação da UNESCO, como por exemplo:

“Capítulo 1 - Da comunidade de base à sociedade mundial”: neste capítulo desenvolve-se o conceito da globalização e de um destino em cenário mundial, num planeta com um aumento exponencial de população. A simultaneidade deste aumento com os progressos da tecnologia que encurta o tempo e o espaço confere uma dimensão planetária a determinadas decisões. Estas consequências atingem um número inimaginável de indivíduos. A livre circulação de imagens e palavras é uma das grandes aceleradoras da mundialização. A educação tem e terá um papel importante a desempenhar se quisermos dominar o desenvolvimento de vias de comunicação que transforma os homens em verdadeiros vizinhos. Outra dimensão da problemática do futuro é a pluralidade de línguas que expressa a diversidade cultural da humanidade. Assim a aprendizagem de línguas de grande difusão deve ser feita em simultâneo com a das línguas locais em acordo com programas escolares bilingues ou mesmo trilingues. A diversidade linguística não devia ser considerada como um obstáculo à comunicação, mas sim como uma forma de enriquecimento. A educação deve tender a tornar o individuo mais consciente das suas origens com vista à posse de referências que lhes deem possibilidades de se situar no mundo. Certos ensinamentos tem uma importância fundamental para esse propósito. Por exemplo o ensino de História não deve servir para

¹⁸ <https://unric.org/pt/objetivo-4-educacao-de-qualidade-2/>

alimentar identidades nacionais, mas sim para aceitar e reconhecer diferenças, e, descobrir a riqueza e o que de instrutivo tem.

Em 1994 a UNESCO lançou um projeto inter-regional intitulado “Participação dos Jovens na Preservação e Promoção do Patrimônio Mundial”. Com este projeto pretendiam consciencializá-los para o valor da sua própria cultura e história e conduzi-los à descoberta e ao respeito pelas outras culturas de forma a sentirem a responsabilidade que tinham no futuro pela preservação do patrimônio da humanidade. Neste projeto participaram alunos de cerca de cinquenta países diferentes que tomaram conhecimento do conteúdo da Convenção Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Esta convenção que remonta a 1972 está a ser aplicada nos nossos dias em quase uma centena de países e a 469 locais culturais e naturais de exceção, tais como a Muralha da China, as pirâmides do Egito ou as ilhas Galápagos. “Compreender os outros faz que cada um se conheça melhor a si mesmo”.

“Capítulo 2 - Da coesão social à participação democrática”: por todo o mundo, os sistemas educacionais sobre as suas mais diversificadas formas, têm como fim primordial criar entre as pessoas ligações sociais com origem em referências comuns. Em todos os casos o fim primordial é o desenvolvimento humano na sua vertente social. Nos tempos correntes os diversos modos de socialização são expostos a duras provas e, em consequência disso, os sistemas educativos estão sujeitos a um amálgama de tensões em sociedades onde ocorrem ruturas dos laços sociais. Em consequência os sistemas educativos estão subjugados: “dado que se trata, concretamente, de respeitar a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, mantendo, contudo, o princípio da homogeneidade que implica a necessidade de observar regras comuns.”¹⁹

A educação pode ser um elemento de união de levar em conta a “diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, evitando tornar-se um fator de exclusão social”.²⁰ O ensino standardizado deve ser repudiado para dar lugar ao respeito pela

¹⁹ http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf p. 51

²⁰ http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf p. 54

heterogeneidade e peculiaridades individuais. Os sistemas educativos formais limitam a realização pessoal determinando a todas as crianças um modelo cultural e intelectual sem considerar a diversidade dos talentos individuais.

Para que a educação se encontre num lugar primordial que lhe compete na dinâmica social é conveniente salvaguardar a sua incumbência de cadinho lutando contra todos os meios de exclusão. *A educação para o pluralismo* não se limita a ser um obstáculo contra a violência, mas também um princípio ativo de enriquecimento cultural e cívico das nossas sociedades.

“Capítulo 3 - Do crescimento económico ao desenvolvimento humano”: Atendo ao grande desenvolvimento económico ocorrido nos últimos cinquenta anos, a educação não deve ser encarada apenas sobre esse ponto de vista dos seus efeitos, mas numa perspetiva de maior âmbito: a do desenvolvimento humano. Durante o período em apreço a educação com fins económicos foi crescendo na maior parte dos países. Nos inícios do século XXI a atividade educativa e formativa em todas as suas vertentes tornou-se um dos principais fatores do desenvolvimento. No entanto verifica-se que em muitos países em desenvolvimento há ainda um deficit nesta área. Estes entraves levaram a que as Nações Unidas recomendassem a que se lhe desse um significado mais alargado extrapolando-o para a dimensão ética cultural e ecológica. Um dos papéis a que a educação se reserva é de prover a humanidade da aptidão de dominar o seu próprio desenvolvimento assente em quatro pilares.

“Capítulo 4 – Os quatro pilares da educação”:

Aprender a conhecer – Este tipo de aprendizagem pretende não tanto adquirir um conjunto de saberes codificados, mas antes dominar os instrumentos do conhecimento para que cada um aprenda a conhecer o mundo à sua volta;²¹

Aprender a fazer – Aprender a conhecer e aprender a fazer são conceitos intrínsecos embora o segundo esteja mais diretamente ligado à questão da formação

²¹ http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf p. 90-93

profissional ensinando o aluno a pôr em prática os conhecimentos adquiridos e também adaptar a educação ao trabalho futuro;²²

Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros – Este é um dos maiores desafios da educação se atendermos ao fato que o mundo que nos rodeia é muitas vezes um mundo de violência. Assim é de louvar a ideia de na escola inculcar nos alunos o princípio da não violência;²³

Aprender a ser – “(...) a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa (...). Todo o ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autónomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.”²⁴

Este ano, aquando da comemoração o Dia Mundial da Alfabetização criado pela ONU, o seu secretário-geral, António Guterres reforçou a ideia da necessidade de um ambiente seguro para garantir que crianças sigam tendo acesso à educação na pandemia e em zonas de conflito declarando que conflitos armados causaram mais de 22 mil vítimas entre estudantes, professores e académicos durante cinco anos. Entre 2015 e 2019, 93 países sofreram pelo menos um ataque relacionado com a educação. Estudantes e educadores que vivem em áreas com o Afeganistão, Camarões e Palestina foram os mais afetados.²⁵

Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) referem que, durante a primeira vaga de Covid-19, mesmo nos países mais desenvolvidos do mundo, 10% dos alunos não tiveram acesso à educação digital. De

²² http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf p. 93-96

²³ http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf p. 96-99

²⁴ http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf p. 99-101

²⁵ <https://news.un.org/pt/story/2021/09/1762422?fbclid=IwAR3qHFcpPjQOUReBUwdsQZImNbt1vlnOCuWi9fgBANR4URISNTvUfGvSnos>

acordo com a mesma organização, menos de 25% dos países de baixo rendimento ofereceram algum tipo de aprendizagem à distância.²⁶

Para falarmos da União Europeia (UE) como ela é hoje, precisamos de recuar até à década de cinquenta do século XX, em que França, Alemanha Ocidental e Itália constituíram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que tinha como objetivo formar um mercado alargado de matérias-primas e energia necessárias às suas indústrias. Rapidamente este tipo de cooperação, evoluiu para um conceito de mercado único alargado. Os seis países da CECA assinaram, em 1957, o Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE), pressupondo a formação progressiva de um grande mercado comum europeu.²⁷

A UE tal como conhecemos hoje estabilizou-se em 1992, com a implementação do mercado único e a preparação da união monetária, sendo celebrado entre os estados-membros um novo tratado em Maastricht, que instituiu a União Europeia, onde além da integração económica, era aprofundada a cooperação política em áreas como a cidadania, a segurança e as relações externas. Apesar da falta de consenso geral, dá-se em 2002 a introdução da moeda única (euro), um marco da concretização da unidade em termos económicos.²⁸

Relativamente ao Parlamento Europeu, possui três poderes fundamentais: o legislativo que aprova as leis europeias elaboradas pela Comissão Europeia, repartido com o Conselho da União Europeia, que representa os Estados Membros. O Poder orçamental: aprova e controla o orçamento da EU. O PE trabalha em colaboração estreita com a CE, que elabora projetos de lei, e com os 28 Estados-Membros, através do Conselho.

A juventude é uma área de competência nacional. Assim sendo não se põe sequer a hipótese de uma harmonização legislativa para os Estados-Membros, ficando

²⁶ <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20201016IPR89550/covid-19-pe-apela-a-medidas-para-colmatar-o-fosso-digital-na-educacao>

²⁷ https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt

²⁸ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/cronologia-da-ue>

assim a UE apenas com o papel de prestação de apoio. Dessa forma, e na sua vertente da juventude, o programa Erasmus+ incentiva os intercâmbios na União Europeia e até com países terceiros. Nos últimos anos a UE reforçou as suas políticas vocacionadas para os jovens como se pode constatar pela iniciativa relativa ao Corpo Europeu de Solidariedade e o projeto DircoverEU.

Corpo Europeu de Solidariedade – É um programa destinado a jovens entre os 18 e os trinta anos, cuja função é ajudar os jovens a participar em projetos comunitários no seu próprio país ou no estrangeiro. É uma experiência que tem como intuito desenvolver as aptidões e competências dos jovens. Os jovens participantes podem fazer voluntariado, estágios, obter empregos ou participar em Projetos de Solidariedade a nível local. Estes projetos abrangem áreas tão diversas como educação e formação, cidadania e participação democrática, ambiente e proteção da natureza, migração, cultura, etc. O Corpo Europeu de Solidariedade é gerido pela Comissão Europeia e é executado no terreno pelos mais diversos organismos.²⁹

Projeto DircoverEU – é uma iniciativa da UE que permite aos jovens descobrir a Europa. Podem viajar por toda a Europa especialmente de comboio e permite a participação de jovens que vivem em ilhas ou zonas remotas ficarem a conhecer as paisagens e cidades europeias. Com esta iniciativa os jovens podem desfrutar da oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos sobre a diversidade europeia, obter conhecimentos sobre o património cultural e a história e conhecer pessoas de todo o continente desenvolvendo assim as competências essenciais para o seu futuro, como a confiança e a abertura a outras culturas.³⁰

A União Europeia tem-se preocupado com especial incidência com o problema da abstenção escolar. O abandono escolar está normalmente associado ao desemprego, à exclusão social, à pobreza e a problemas de saúde. São inúmeras as razões que levam alguns jovens a cedo abandonarem o ensino ou a formação destacando-se problemas

²⁹ https://europa.eu/youth/solidarity/mission_pt

³⁰ https://europa.eu/youth/discovereu_pt

personais, dificuldades de aprendizagem ou situações de precaridade económica. São também fatores importantes a organização do ensino, o ambiente escolar e as relações entre professores e alunos.

Atendendo à complexidade e interligação dos fatos que levam os jovens a não concluir o ensino secundário, as medidas para reduzir o abandono escolar precoce devem passar por uma solução que envolva as políticas sociais e educativas com trabalho com jovens e os aspetos relacionados com a saúde.

A própria Comissão Europeia acabou por divulgar a avaliação da eficácia das políticas postas em prática desde 2011 no que diz respeito à UE e a nível nacional no combate ao abandono escolar precoce em 37 países europeus, mostrando o poder de intervenção dos recursos políticos da UE com um panorama positivo nos países avaliados, registando uma descida da taxa de abandono escolar precoce de 13,4% em 2011 para 10,2% em 2019 dos diversos países europeus. Contudo as discrepâncias continuam a existir entre países e grupos demográficos, nomeadamente as pessoas de origem migrante, jovens do sexo masculino e os residentes em zonas rurais assinalam uma maior probabilidade de encerrar o seu percurso escolar antes da conclusão da escolaridade obrigatória. Na comunicação da UE intitulada “Concretizar o Espaço Europeu da Educação até 2025”, a Comissão deu conta de uma nova iniciativa denominada Percursos para o Sucesso Escolar. Esta iniciativa irá ajudar todos os alunos a alcançar um nível de proficiência nas competências básicas. A iniciativa procurará cumprir três objetivos:

- Dar a todos os jovens a oportunidade de atingir um determinado nível de proficiência nas competências básicas;
- Reduzir ao mínimo o número de jovens que abandonam o sistema escolar, pelo menos, concluir o ensino secundário;
- Garantir o bem-estar na escola.³¹

³¹ https://ec.europa.eu/education/policies/school/early-school-leaving_pt

Uma rede de ferramentas europeias para as escolas dá a possibilidade aos decisores políticos e aos professores do ensino de terem um leque de recursos que visam a promoção do sucesso escolar, evitando o abandono escolar precoce. Estando definido em torno de cinco áreas temáticas que são fundamentais para abordar o abandono escolar precoce em envolvência com a comunidade escolar, onde cada área temática é descrita de forma aprofundada no conjunto geral de ferramentas e complementada com exemplos práticos.³²

Com o surgimento da situação pandémica o Parlamento Europeu exigiu medidas a nível da União Europeia para evitar “discrepâncias graves” no ensino à distância devido à pandemia de Covid-19, exigindo que a Comissão invista em equipamentos digitais e na formação de professores.

Numa resolução aprovada no âmbito de sessão plenária, os eurodeputados defenderam que a redução do fosso digital deveria ser uma prioridade da UE, nomeadamente perante o aumento das desigualdades causadas pela pandemia. No documento, os eurodeputados deploravam as “discrepâncias graves” na aprendizagem a nível da UE durante o confinamento, patentes no facto de, em alguns Estados-membros, até 32% dos alunos não terem tido acesso à educação durante vários meses. Por isso, a Assembleia Europeia considerava que a Comissão Europeia devia investir na conectividade e equipamento digital, particularmente em áreas rurais, e ainda na formação de professores para utilização de tecnologia. Numa altura em que a Europa enfrentava uma subida acentuada no número de infeções, os eurodeputados vincavam que tal investimento devia servir para evitar problemas semelhantes na segunda vaga da pandemia, em que o ensino poderia ser realizado à distância em algum momento. Nesta resolução o Parlamento Europeu incitava, ainda, os Estados-membros a utilizarem os fundos disponíveis no âmbito do Fundo de Recuperação para responder à crise gerada pela Covid-19 para estimular o investimento na educação.³³

³² https://ec.europa.eu/education/policies/school/early-school-leaving_pt

³³ <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20201016IPR89550/covid-19-pe-apela-a-medidas-para-colmatar-o-fosso-digital-na-educacao>

1.2.2. O Poder Nacional/Central

Após o 25 de Abril de 1974 e com a implementação do Regime Democrático, bem como com a aprovação da Constituição da República Portuguesa em 1976, apesar da instabilidade governativa inicial, Portugal tornou-se uma democracia parlamentar tipo semipresidencial, onde o Parlamento é o órgão político mais importante de representação, mas em que o Presidente eleito diretamente pelos cidadãos, pode dissolver o Parlamento em certas circunstâncias. Nomeia ainda o primeiro-ministro de acordo com os resultados eleitorais. A Assembleia da República tornou-se, então, o principal órgão legislativo nacional e, entre muitas outras matérias em que pode legislar, uma delas é sobre as bases gerais do ensino.³⁴

A Constituição Portuguesa sofreu várias revisões e, na sua versão após a sua VII revisão de 2005, foca-se em diversos artigos e alíneas, na juventude, educação e cultura. Assim logo no seu preâmbulo, artigo 9.º, alínea f) afirma: “Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa”.

Já no ponto 2 do seu artigo 43.º “Liberdade de Aprender e Ensinar” ao longo dos seus 4 pontos prevê a liberdade de aprender e ensinar. A educação não pode ser programada segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas. Assegura o não confessionalismo do ensino pública e a finalizar a garantia ao direito da criação de escolas particulares e cooperativas.

No artigo 67.º alínea d) compromete-se a cooperar com os pais na educação dos filhos. Logo no artigo 70.º, ponto 1, afirma “Os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais”. No seu ponto 2 define os objetivos prioritários para a política da juventude como sendo o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições efetivas de integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade. No que concerne ao ponto

³⁴ <https://www.parlamento.pt/Parlamento>

3, estipula a colaboração com as famílias, as escolas e ainda as associações e fundações de fins culturais e o apoio a organizações juvenis na prossecução daqueles objetivos.³⁵

No seu artigo 73.º sob o título “Educação, Cultura e Ciência” afirma logo no ponto 1 que “todos têm direito à educação e à cultura”. No seu ponto 2, foca-se sobre a democratização da educação com vista a que esta seja realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidade, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para progresso social e para a participação democrática na vida coletiva. No seguinte artigo 74.º da Constituição respeitante ao ensino, no ponto 1, diz-nos que “todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”. No seu segundo ponto enumera as incumbências que cabem ao Estado para a realização da política do ensino.

No desiderato do artigo 75.º surge a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população. Caberá também ao estado reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo. Nos dois pontos do artigo 76º sobre o tema “Universidade e Acesso ao Ensino Superior” inscreve a garantia da igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades de quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país. Atribui também às universidades o gozo de uma autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira.³⁶

A finalizar e no seu artigo 77º prevê a participação democrática no ensino onde os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei. A lei também regula as formas de participação das associações de

³⁵ <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

³⁶ <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico na definição da política de ensino.³⁷

O programa “Parlamento dos Jovens” é a iniciativa mais abrangente de ligação da política e os jovens. Tratando-se de uma iniciativa da Assembleia da República conta, nos Açores e Madeira, com a parceria da Assembleia Legislativa e das Direções Regionais da Educação e da Juventude. Este programa é dirigido aos jovens dos 2.º e do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário e culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na Assembleia da República, antecedida por duas Sessões na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e da Madeira.³⁸

³⁷ <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

³⁸ <https://www.dge.mec.pt/programa-parlamento-dos-jovens>

1.2.3. O Poder Regional (em concreto nos Açores)

A Revolução do 25 de Abril de 1974, teve na sua origem e propósitos, um cariz político e espacial, sucedendo-se a independência das colónias, instaurando-se um regime democrático, emergindo o poder local com a consagração das autonomias dos Açores e Madeira. A revolução espacial acabou, também, por ter consequências no ordenamento político e administrativo do arquipélago dos Açores, nas ilhas divididas até então em três distritos com três respetivos governadores civis, nomeados pelo governo de Lisboa e sediados em Ponta Delgada (São Miguel), Angra de Heroísmo (Terceira) e Horta (Faial) (FERREIRA, 2008: 323).

Relativamente ao arquipélago dos Açores, há a registar um objetivo de unidade enquanto arquipélago, em contraste ao modelo distrital instaurado até ao derrube do Estado Novo, despertando uma discussão antiga sobre a autonomia. É certo que as reformas de Marcelo Caetano (1971) introduziram o conceito de «regiões autónomas», mas sendo apenas aplicado nos territórios sob administração portuguesa situados fora da Europa, as então chamadas «Províncias Ultramarinas». Ou seja, a expressão de «autonomia progressiva» muito utilizada entre 1971 e a queda da ditadura em 1974, não era usada como referência aos arquipélagos dos Açores e Madeira, mas sim para os territórios ultramarinos (FERREIRA, 2008: 324).

Foi, portanto, só após o 25 de Abril de 1974 que nasceu o conceito de autonomia como conceito de região, daí surgindo a autonomia política e regional, uma completa novidade no panorama do ordenamento espacial e político da comunidade portuguesa. Certo é que o conceito de região, escassa ou nenhuma tradição tinha em Portugal, nem mesmo nos Açores, no que diz respeito a entidades administrativas ou políticas. Não há certezas do surgimento de um regionalismo contemporâneo, visto que a própria autonomia da região poderia, perfeitamente, ter-se mantido sobre a forma, até então existente, dividida em três distritos, da Horta (Corvo, Flores, Faial e Pico), de Angra de Heroísmo (São Jorge, Graciosa e Terceira) e de Ponta Delgada (São Miguel e Santa Maria) como ocorria até então. Facto é que o conceito de “Região Autónoma” já era utilizado

pela Constituição Espanhola para descrever regiões político-administrativas similares às regiões dos Açores e Madeira (FERREIRA, 2008: 325).

A noção do conceito da autonomia, não surgiu logo após a Revolução de 25 de Abril de 1974, pelo contrário, nos princípios do projeto do PPDA³⁹, apresentado a 8 de novembro de 1974, ainda apresentava os conceitos de “região” e “distritos” em associação, também no projeto do MAPA⁴⁰, publicado em janeiro de 1975, ainda se ponderava a continuidade da divisão em moldes distritais utilizados ao longo período do Estado Novo. A mudança de três distritos desarticulados para uma unidade político-administrativa em que se aplicava a autonomia no arquipélago dos Açores, seria, por si só, suficiente para caracterizar este período como um processo revolucionário, especialmente se tivermos em conta a persistente política da divisão administrativa distrital, onde prevaleciam os favores das ilhas e dos concelhos mais ricos que durava há bem mais de um século e atravessara os vários regimes portugueses. (FERREIRA, 2008: 326).

A revolução espacial que o 25 de Abril trouxe aos Açores, não teve apenas um cariz nacional-regional, mas também uma manifestação interna inter-ilhas, traduzindo-se pela criação de uma unidade política em todo o arquipélago. Essa unidade político-administrativa do arquipélago conseguida com a, finalmente, passagem de divisão distrital para a reunião de todas as ilhas na categoria da Região dotada de órgãos democráticos de governo próprio, tais como a Assembleia Legislativa e o Governo Regional, sendo reforçada com leis eleitorais que permitiram a representação política plural de todas as ilhas através dos deputados regionais e por um círculo eleitoral único para a Assembleia da República. Bem como a referência identitária transmitida por grandes órgãos de comunicação social através da RTP-Açores que se instalou no arquipélago em 1975 e do reforço da RDP e aumento do tempo de antena dedicado a

³⁹ Partido Popular Democrático Açoreano, um dos primeiros partidos a iniciar funções na Região, tendo como fundador Mota Amaral (posterior líder do PPD-PSD nos Açores e presidente do Governo Regional)

⁴⁰ Movimento para Autonomia do Povo Açoriano, primeiro movimento separatista, ideologicamente de extrema-direita, surgiu na sequência do 25 de Abril de 1974

programas açorianos. Outro fator de unidade do arquipélago foi fornecido pela emergência dos partidos políticos. Com efeito, o 25 de Abril de 1974 trouxe consigo um novo capítulo da História dos Açores, desencadeando pela primeira vez a designada “Revolução Autonómica”, por vezes com os mesmos atores a desempenharem vários papéis (FERREIRA, 2008: 327).

De realçar a existência de uma oposição democrática, anterior à revolução, que chegou a concorrer às eleições para a Assembleia Nacional realizada no consulado marcelista, em 1969. Um grupo independente que reunia um conjunto diversificado de personalidades, mas claramente de oposição que alcançará nas eleições, desse ano, 22% dos votos, um resultado animador tendo conta os condicionalismos vividos na altura (só 20% da população se encontrava recenseada). Este resultado foi o segundo melhor da oposição em todo país, reunindo uma série de assinaturas de onde constam nomes que estarão nas manifestações políticas depois do 25 de Abril de 1974. A maioria dividiu-se, nesse período inicial, entre a continuação da fórmula unitária constituída pela MDP⁴¹ e a formulação de forças partidárias distintas, com destaque para o PS⁴² e para o PCP⁴³. Ainda em 1969, há a curiosidade de Mota Amaral (futuro líder do PPDA e presidente do Governo Regional pelo PPD/PSD⁴⁴) ser eleito pela lista da ANP⁴⁵, que elegeu todos os deputados e da oposição fazer parte Borges Coutinho (que seria o primeiro governador civil de Ponta Delgada após o 25 de Abril de 1974). No decorrer destas eleições foi criada, em Ponta Delgada, a Cooperativa Cultura Sextante que promovia colóquios e outras atividades, sendo proibida em 1972 pelo governo de Marcelo Caetano, sendo liderada durante esse período por Borges Coutinho. Participaram nas suas atividades nomes como José Jorge Couto (futuro fundador do PS nos Açores), Carlos César (futuro presidente do Governo Regional dos Açores pelo PS) e José Decq Mota (futuro líder do PCP no arquipélago) (FERREIRA, 2008: 328).

⁴¹ Movimento Democrático Português

⁴² Partido Socialista

⁴³ Partido Comunista Português

⁴⁴ Partido Popular Democrático (posteriormente Partido Social Democrata)

⁴⁵ Acção Nacional Popular (sucessora da União Nacional)

Mal o regime cai em Lisboa, logo se começam movimentações de adaptação e resposta ao novo estado das coisas, e a percepção difusa de que se o país se vai dotar de um regime político de partidos para concorrer às anunciadas eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte no prazo de um ano, conforme refere o programa do Movimento das Forças Armadas lido na RTP pelo general Spínola na noite de 25 para 26 de Abril, o desfile do 1º de Maio em Ponta Delgada tem já uma participação significativa, onde se pronunciam hinos patrióticos e palavras de ordem. É neste momento que começa o jogo político-partidário nos Açores, onde igualmente começa a pairar no ar a ideia de um movimento para a independência dos Açores. Num telegrama do embaixador dos EUA em Lisboa para o departamento de Estado em Washington que relatava um encontro com Mota Amaral, este revela-se mais interessado no futuro do então PPD, percebendo-se as prioridades políticas de quem teria algumas escolhas a fazer relativamente ao rumo a imprimir à evolução política nos Açores (FERREIRA, 2008: 329)

A emergência dos partidos políticos, quer no plano nacional quer no plano regional, será fundamental para o rumo do futuro dos Açores no período pós-revolucionário, sendo fundamentais para entender as características inovadoras da revolução autonómica saída do 25 de Abril de 1974, entendendo o comportamento dos partidos políticos na tecelagem de laços entre o nível regional e o nível nacional. Os partidos políticos não nasceram do nada, embora sejam uma plena novidade como influência clara para a revolução dos costumes políticos. Tendo em conta a particular evolução do regime autonómico, destaca-se a natureza dos dois maiores partidos nacionais, o PPD e o PS, que também o serão no plano regional (FERREIRA, 2008: 330).

Criada pelo Decreto-Lei n.º 428-B/75, de 22 de Agosto, publicado em plena vigência do efémero V Governo Provisório, o último presidido pelo general Vasco Gonçalves, a Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional, que rapidamente ficou conhecida por Junta Regional dos Açores, era presidida pelo governador militar dos Açores, o general Altino de Magalhães, e composta por seis vogais, cuja nomeação já respeitou os resultados dos partidos no arquipélago nas eleições de Abril para a

Assembleia Constituinte. Ao tomar posse, esta Junta Regional dependia diretamente do Governo da República e só podia exercer os poderes que lhe fossem delegados, porém os acontecimentos ocorridos no continente nesse fim do Verão Quente de 1975 levariam à demissão de Vasco Gonçalves e à formação do VI Governo Provisório, presidido pelo almirante Pinheiro de Azevedo, a 19 de setembro de 1975. Esta mudança política no âmbito da República acabou por abrir, ainda mais, as possibilidades do alargamento das competências da Junta Regional que atribuiu, então, prioridade política à elaboração de um projeto provisório de estatuto para o esclarecimento das suas competências, o que só seria resolvido pelo Decreto n.º 100/76, de 3 de fevereiro (1976). Estando a governar num vazio de competências num período de cinco meses, a 19 de outubro reuniu, então, pela primeira vez o grupo do trabalho incumbido pela Junta Regional de elaborar esse anteprojeto de estatuto político-administrativo para os Açores (FERREIRA, 2008: 350).

A Junta Regional teve um papel fundador e constituinte na substância da autonomia democrática. Entre as suas ações avultam os esforços para a criação do Instituto Universitário dos Açores (que antecedeu a da universidade), o que foi conseguido pela aprovação do Decreto-Lei n.º 5/76, de 9 de janeiro (1976) do VI Governo Provisório. O papel dos partidos políticos, nomeadamente do PS e do PPD a nível nacional, foi, entretanto, decisivo para a consagração constitucional das autonomias insulares. Logo nos projetos constitucionais apresentados por estes partidos ficou reconhecido na Constituição da República Portuguesa, através da aprovação do Título VII da Constituição. A negociação decorreu num clima de diálogo que não caracterizava o ambiente extraconstituinte, e era composto por dez artigos e respetivas alíneas do Artigo 227.º ao 236.º, sendo uma autêntica inovação no direito constitucional português aplicado aos arquipélagos dos Açores e da Madeira (FERREIRA, 2008: 353).

Tendo ficado consagrado que o regime político-administrativo próprio daqueles arquipélagos se fundamentava nos condicionalismos geográficos, económicos e sociais e nas históricas aspirações das populações insulares, e que a autonomia das regiões

visava a «participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses» (Artigo 225.º pontos 1 e 2)⁴⁶, foram criados dois órgãos de governo próprios das regiões – Assembleia Regional eleita por sufrágio universal direto e secreto, e o Governo Regional que daí resultava (Artigo 233.º)⁴⁷, sendo a soberania da república «especialmente representada em cada uma das regiões autónomas, por um Ministro da República» (Artigo 232º, ponto 1)⁴⁸. No entanto, foi sobretudo a experiência dos movimentos insulares que levou os constituintes a votarem, nas disposições finais e transitórias, um artigo polémico, que se destinava a impedir a criação de partidos regionais. Assim, o Artigo 311.º no seu ponto 2 era taxativo: «Não podem constituir-se partidos que, pela sua designação ou pelos seus objetivos programáticos, tenham índole ou âmbito regional»⁴⁹. Os partidos políticos foram, neste sentido, instalados na região ora como elementos de unidade, ora de degradação sobre os interesses partidários centrais. Certo é que foram os deputados insulares eleitos, nas eleições pelos dois maiores partidos de âmbito nacional, PPD e o PS, que deram a forma constitucional à autonomia regional, sendo seguidos pelo apoio dos seus respetivos partidos (FERREIRA, 2008: 354).

Os primeiros anos de experiência autonómica foram marcados por alguns conflitos de competência entre os órgãos de soberania e os órgãos de poder autonómico com expressão na jurisprudência dos órgãos fiscalizadores da constitucionalidade das normas: primeiro da Comissão Constitucional entre 1976 e 1982, e, depois, do Tribunal Constitucional. Para tal concorreram duas ordens de resistência: a primeira tem a ver com as próprias conceções insulares da autonomia, e as regiões foram acolhidas nos

⁴⁶ http://bdjur.almadina.net/item.php?field=item_id&value=842497

⁴⁷ https://bo.io.gov.mo/bo/i/pt/crp92pt/titulo3_7.htm#Artigo%20233.%C2%BA

⁴⁸ https://bo.io.gov.mo/bo/i/pt/crp92pt/titulo3_7.htm#Artigo%20232.%C2%BA

⁴⁹ http://bdjur.almadina.net/item.php?field=item_id&value=230107

principais diplomas legais, desde os Estatutos Autonómicos Provisórios das regiões da Madeira e dos Açores à própria Constituição da República; a segunda deve-se ao aparecimento de conflitos entre os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprios das regiões que teve a ver com o conteúdo dos próprios diplomas fundadores. A frequência com que a Comissão Constitucional e mais tarde o Tribunal Constitucional foram convidados a pronunciar-se sobre conflitos de competências entre os Açores e a Madeira é a expressão desse conflito ente «o poder central e os poderes concorrentes» que, segundo José Mattoso, caracterizaria o país (FERREIRA, 2008: 356-357).

As revisões constitucionais, a aprovação sequencial de novos estatutos político-administrativos e a jurisprudência do Tribunal Constitucional não deixaram de ter implicações na evolução das instituições políticas autonómicas, embora a revisão de 1982 tivesse feito recuar a sistematização do Título sobre Regiões Autónomas do VII para VI. A revisão de 1989 repôs a anterior numeração e, assim o Título VII ficou a reger, na Lei Fundamental, a chamada «Autonomia Constitucional» (FERREIRA, 2008: 357).

Esta autonomia constitucional foi depois sujeita a várias revisões, mas a matriz estava encontrada e ficou, embora o conceito de região fosse um conceito de circunstância. Na estrutura orgânica dos primeiros quatro governos regionais constituiu-se a Secretaria Regional da Educação e Cultura. No V Governo Regional dá-se o surgimento da primeira secretaria relacionada com a juventude, Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos sendo, ainda durante o mesmo executivo, mudada a sua designação para Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, sendo extinta no VIII Governo Regional e absorvida por direções regionais. Só seria recuperada no XIII e atual Governo Regional sobe a designação de Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.⁵⁰

Por fim, destaque para o Conselho Regional de Juventude dos Açores, um órgão consultivo do Governo Regional dos Açores, e o maior órgão representativo da juventude nos Açores composto por elementos dos mais diversos quadrantes, tendo a

⁵⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Regional_dos_A%C3%A7ores

sua origem no ano de 1990. Anteriormente tinha a designação de Conselho Consultivo Regional dos Açores⁵¹, tendo como momento alto a análise e a emissão de pareceres sobre a Anteposta anual do Plano de Investimentos do Governo Regional⁵².

⁵¹ <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/549059/details/maximized>

⁵² <https://www.azores.gov.pt/Gra/srecc-dri/conteudos/noticias/2018/Outubro/conselho+juventude+2018.htm>

1.2.4. O Poder Local

Engane-se quem achar que algum tipo de poder local tenha ressurgido apenas no período democrático pós 25 de Abril de 1974. Já o regime do Estado Novo tinha entre os seus pilares o nacionalismo corporativo, que defendia a artificialidade da separação entre município e Estado ou Nação, através da premissa que os interesses dos municípios e da Nação detinham uma estreita ligação. Nessa altura as autarquias locais não possuíam qualquer autonomia, evitando a hipótese de descentralizar o poder do regime e onde todas as decisões tomadas pelas autarquias estavam sobre alçada de aprovações, autorizações e subsídios da administração central.

Logo, é publicado o Código Administrativo em 1936, em que define a regulamentação do Poder Local e o seu exercício, estabelecendo que a autarquia local é constituída por uma população e um território, dividindo-se em freguesia, concelho ou província, em que qualquer parcela era regulada pelo Estado e pelas suas leis gerais. No que se refere à administração dos concelhos propriamente ditos, existiam os órgãos comuns: conselho municipal, câmara municipal e presidente da câmara municipal, sendo esta figura nomeada pelo Governo. Sobre ela recaía toda a estrutura administrativa municipal desde a coordenação, orientação, fiscalização e execução das deliberações camarárias, bem como representar o município ao nível do poder central e detendo a tutela das freguesias e da autoridade policial municipal. O conselho municipal por sua vez controlava o presidente da câmara municipal e representava as juntas de freguesia, sendo que estes eram os únicos órgãos eleitos, mesmo que apenas pelos chefes de família e não por uma eleição através de sufrágio universal. (VENESA, 1986: 697)

O municipalismo e o poder local, foram continuamente desacreditados, tanta pela oposição, que colocavam num plano secundário o poder local, quer pelos responsáveis políticos que o ignoravam, valorizando, sim, o poder central. Acrescentando as poucas receitas próprias, os escassos meios, ferramentas e quadros técnicos adequados que levavam a um estado de dependência do poder local face ao

Estado, por isso, as autarquias não possuíam uma efetiva autonomia. (CERCA, 2017: 19-20)

Definindo o poder local durante o Estado Novo num:

“(...) longo período de centralização feroz, que transformou os órgãos autárquicos em extensões menores de administração central, presididos por mandatários nomeados pelo Governo que haviam de caracterizar pelo seu espírito de obediência, acomodação e reivindicação controlada.” (MARQUES, 1986: 2, citado por CERCA, 2017: 19)

O Poder Local também foi atingido, em larga escala, pela revolução de 25 de Abril de 1974, onde numa primeira fase se assistiu a um desmantelamento de toda a máquina administrativa local, câmaras municipais e juntas de freguesia, e numa segunda fase deu-se uma tentativa de “normalização” por parte do poder armado (Movimento das Forças Armadas) e por parte do poder político (Governos Provisórios), através de publicação de legislação, ainda que avulsa. (CERCA, 2017: 20)

O poder local acaba por ganhar um papel de destaque, estando plasmado em boa parte da lei, na definição do Estado português e no direito público, conquistando assim toda uma autonomia e poder nunca antes tido. A Constituição de 1976 estabelece que as autarquias locais são compostas por freguesias, municípios e regiões administrativas, sendo este último elemento criado a partir de uma lei própria e específica, resultando uma determinada ambiguidade devido à existência de distritos. Apesar de não hierarquizar os três tipos de autarquias, ressalva a sua independência e autonomia. (CERCA, 2017: 20-21)

De igual forma destacada na Constituição de 1976, foi a questão da descentralização, com a clarificação da existência de legislação futura e específica onde seriam definidas atribuições e competências próprias das autarquias locais. Por outro lado, também fica estabelecida a autonomia financeira e da propriedade de património e finanças próprias por via das receitas geradas por uma percentagem dos impostos

arrecadados pelo Estado. A partir de 1976 as autarquias ficam habilitadas a construir orçamentos e planos de atividades seus, bem como a terem iniciativa em determinados domínios sem estarem necessariamente dependentes da aprovação posterior da administração central. No entanto a autonomia financeira só se iria efetivar em 1979. (CERCA, 2017: 21-22)

A Revolução de Abril trouxe também a eleição dos órgãos autárquicos através de sufrágio direto e universal, com o número de membros constituintes a variar conforme o número de eleitores de cada autarquia, com a lei fundamental do Estado português a definir a câmara municipal, no seu conjunto, o órgão executivo do município e não apenas o seu presidente. É com as eleições autárquicas de dezembro de 1976 que se dá “(...) a primeira grande expressão popular efetiva do Poder Local em Portugal contemporâneo (...)” (RUIVO e VENESA, 1988, citado por CERCA, 2017: 25), resultando em ruturas com as velhas práticas e ideologias administrativas herdadas do Estado. (CERCA, 2017: 23-24)

No entanto as mudanças trazidas com a Revolução, vieram trazer ao de cima a dificuldade que era o processo de descentralização de poder, demonstrando ser uma tarefa bastante difícil e morosa, constatada a partir de um Poder Local que se foi autonomizando politicamente de uma forma dinâmica e reivindicativa. Ou seja, todo o processo que levou ao aumento do Poder Local enfrentou obstáculos na sua implementação, fruto de um processo de descentralização descontínuo, sofrendo pressões e sendo sujeita a critérios que o comprimem e/ou libertam, registando-se discrepâncias nas práticas e ritmos locais do enquadramento legal. Outra divisão relativamente ao Estado Novo que o 25 de Abril proporcionou, foi a valorização das elites políticas locais em detrimento dos atores estatais e nacionais. Só um ano após as primeiras eleições autárquicas, em 1977, foi publicada a Lei das Autarquias, que definia as atribuições de competências dos órgãos autárquicos: freguesia, município e distrito. (CERCA, 2017: 24-25)

No entanto a ambiguidade desta lei aliada à pouca experiência dos autarcas e a uma prática disseminada de caciquismo local levou à publicação de um novo

enquadramento jurídico das autarquias, surgido em 1985 através de decreto-lei onde se clarificavam os poderes fiscalizadores das assembleias municipais, aceitando a possibilidade de haver vereadores a tempo inteiro e parcial no executivo camarário e alargou os mandatos dos órgãos autárquicos de três para quatro anos, ficando também clarificadas as reais funções e competências dos vereadores, estabelecendo a sua dependência para com o presidente da câmara que por sua vez se torna a figura mais importante do município. (CERCA, 2017: 26)

Em 1984 as autarquias veem alargadas e aumentadas as suas competências e atribuições; os municípios passam a desempenhar a sua atividade a nível do equipamento rural e urbano, saneamento básico, energia, transportes e comunicações, educação e ensino, cultura, saúde, tempos livres e recreio, com o Governo a disponibilizar um grande leque de atribuições e competências. No entanto não lhes concedeu meios financeiros nem técnicos necessários para dar resposta a essas novas funções, com as autarquias a denunciarem a falta de recursos, alegando a sua proximidade com as populações e a necessidade de melhorarem as suas condições de vida, passando a exigir a transferência do Orçamento Geral do Estado para os municípios, sem recursar este alargamento de competências. (CERCA, 2017: 30)

Foi a partir da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 e do aumento de fundos resultantes dessa integração, que foram alavancados muitos projetos que não se tinham realizado até então. Destaque para o FEDER⁵³ que levou à elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional 1986/90, onde se estabeleceram prioridades. Tal processo levou a que o país fosse o beneficiado relativamente a auxílios económicos e é durante este período que se regista uma diminuição das reivindicações do poder local, face a uma administração centralista e autoritária. (CERCA, 2017: 28)

Contudo, é entre 1999 e 2002 que o processo de desenvolvimento autárquico sofre uma forte dinâmica de evolução, com a publicação de normativas inovadoras no que diz respeito a competências e atribuições do poder local. Todavia essa ampla

⁵³ Fundos Europeus de Desenvolvimento Regional

transferência, não foi totalmente implementada. 2003 fica marcado pela regulamentação no que toca à educação, com o reforço de competências no que diz respeito à construção e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico. (CERCA, 2017: 30)

Em balanço, a Revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe consigo uma nova realidade até então desconhecida, onde a par da vontade e necessidade de desenvolver os municípios verifica-se uma falta de recursos financeiros motivada pela falta de legislação específica sobre as finanças locais. Embora com avanços, recuos e entraves, os municípios conquistam uma autonomia a nível de atribuições e competências nunca antes vista, focando-se na preocupação pelo bem-estar das populações e com o desenvolvimento local, recaída em domínios como a educação, planeamento, ordenamento do território e até mesmo ação social.

O Poder Local constitui um dos três níveis de governação pública plasmados na Constituição Portuguesa (Poder Central, Poder Regional e Poder Local), sendo constituído pelas autarquias locais, que se subdividem em Municípios, compostos por dois órgãos que são a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal e nas Freguesias, compostas por dois órgãos que são a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia, dividindo-se assim em: Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias como órgãos executivos e Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia como órgãos deliberativos. Existem em Portugal atualmente 3.092 Freguesias e 308 Municípios (dados relativos a 2017)⁵⁴, com dimensões geográficas, populacionais e realidades socioeconómicas bem diferentes. Ao longo do tempo este número variou, sendo substancialmente reduzido, cerca de 27% (1168) o número de freguesias no ano de 2013, no âmbito de uma Reforma Administrativa Nacional fruto das medidas impostas no memorando de entendimento de Portugal com a “troika” (Fundo Monetário

⁵⁴ <https://www.dn.pt/portugal/autarquias-93-milhoes-chamados-a-votar-no-domingo-para-308-camaras-e-3092-freguesias-8804283.html>

Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) de 2011. (LEIRINHA, 2015: 51)

Em 2018 aprovou-se uma lei-quadro da descentralização que dá início a um novo processo de transferência de competências que são exercidas pelo Estado Central para as autarquias, destacando-se áreas fundamentais como a saúde, educação, habitação, justiça, ação social, cultura e património bem como nas áreas de proteção, saúde animal e segurança alimentar. No entanto é um processo que está longe de ter uma opinião consensual da parte de todos intervenientes, sendo a sua implementação um motivo de novas discussões e adiamentos. Certo é que a obrigatoriedade está prevista na lei para a transferência de competências a partir de 2021. (SANTOS, 2020)

As eleições em que estes órgãos representativos dos municípios e freguesias são escolhidos são feitas em simultâneo, através de três boletins de voto: um para a Câmara Municipal, em que o líder da lista do partido ou movimento de cidadãos mais votada é automaticamente reconhecido como presidente da câmara, elegendo-se igualmente os respetivos vereadores; um outro para a Assembleia Municipal, em que o número de deputado municipais a eleger varia consoante o número de eleitores do concelho e o último boletim de voto que diz respeito à Assembleia de Freguesia, onde o líder do partido ou movimento de cidadãos mais votado se torna presidente da junta, servindo também para eleger os restantes membros desta assembleia. (CNE)

Nas eleições autárquicas estão habilitados a candidatar-se cidadãos portugueses, brasileiros, cabo-verdianos e cidadãos de Estados Membros da União Europeia, desde que inscritos no recenseamento eleitoral, podendo apenas candidatar-se a órgãos de um único município, mas podendo integrar listas em simultâneo para a câmara municipal, para a assembleia municipal e para, apenas, uma assembleia de freguesia. Sendo eleito, apenas poderá optar por desempenhar um dos cargos. Relativamente àqueles que não podem ser eleitos, a lista inclui: desde o Presidente da República, vários membros da magistratura, bem como membros da Comissão Nacional de Eleições ou da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, proibidos de se candidatar estão também militares e agentes das forças militarizadas e de segurança,

em serviço efetivo, sendo vedado igualmente o acesso a pessoas falidas e insolventes, caso não tenham a situação reabilitada, e cidadãos estrangeiros privados do direito de sufrágio ativo ou passivo. Há também um conjunto de pessoas que não o podem fazer fruto de situações geográficas, tais como em círculos eleitorais onde trabalham, como é o caso de diretores de finanças e chefes de repartição de finanças, dos secretários de justiça e administradores judiciais, funcionários das autarquias com funções de direção, a não ser que suspendam funções. Ficam ainda de fora pessoas com dívidas em atraso à autarquia, ou os seus fiadores, e donos de empresas que tenham contratos em curso com a autarquia. (CNE)

Desde cedo que em Portugal surgiu a necessidade de estabelecer relações de compromisso entre o município e a educação. Desde logo com o regime liberal, onde existiu uma tentativa de descentralização dando origem à reforma de 1882, que pretendia transferir para os municípios questões relacionadas com a construção e manutenção das escolas, bem como a promoção da alfabetização, a nomeação e pagamento dos professores e ainda a concessão de subsídios aos alunos. (CERCA, 2017: 87)

O papel das autarquias antes do 25 de Abril de 1974, estava estreitamente dependente do poder central, tendo como principal fator a dificuldade de gerar receitas próprias. Reféns das receitas centrais vindas, a intervenção das autarquias não ia além de ligeiros melhoramentos. (CERCA, 2017: 94)

Após o 25 de abril de 1974 e com implementação da Constituição Portuguesa de 1976, o financiamento das autarquias altera-se, bem como o seu nível de competências, a mobilização local e popular dá aso à intervenção dos municípios na educação, em concreto na “construção, reparação e expansão do parque escolar do ensino primário, pela construção de centros de educação infantil, bibliotecas escolares e municipais, entre outros” (FERNANDES, 1996). (CERCA, 2017: 94-95)

Na década de 80 ocorre uma alteração legislativa que leva a uma nova interpretação do papel do poder local na educação, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses a marcar presença em órgãos de cariz central. Com as

mudanças verificadas, o município passa a estar numa posição de parceiro social na definição da gestão da política educativa. Já na década de 90 as autarquias são novamente chamadas à responsabilidade para ajudar na promoção do sucesso educativo, inseridas num programa central que visava promover o sucesso educativo numa ótica de igualdade de oportunidades. O reconhecimento do trabalho autárquico chega com a aplicação da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar de 1997, que coloca os jardins de infância sobre alçada no município passando a integrar a rede pública de jardins-de-infância (FERNANDES, 2000).” (CERCA, 2017: 103-105)

Gradualmente, os municípios, passam de uma posição de simples apoiantes financeiros, para vincarem uma posição no próprio planeamento da rede escolar, marcando presença em órgãos como as assembleias de escola e agrupamento. (CERCA, 2017: 106). O ano de 1998 fica marcado pela criação dos Conselhos Locais de Educação, que só seriam verdadeiramente implementados em 2003, destacando os Municípios como:

“(...) estruturas de participação dos diversos agentes e parceiros sociais com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais, nomeadamente em matéria de apoio socioeducativo, de organização de actividades de complemento curricular, de rede, horários e de transportes escolares.” (Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de maio, art.º 2º).

Em 2019, fruto da iniciativa da Federação Nacional das Associações Juvenis, surgiu a Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, com o propósito de criar uma plataforma de contato entre o associativismo e as autarquias com o intuito de gerar maiores e melhores políticas municipais amigas da juventude, que conta com a adesão de mais de 100 autarquias de todo o país.⁵⁵

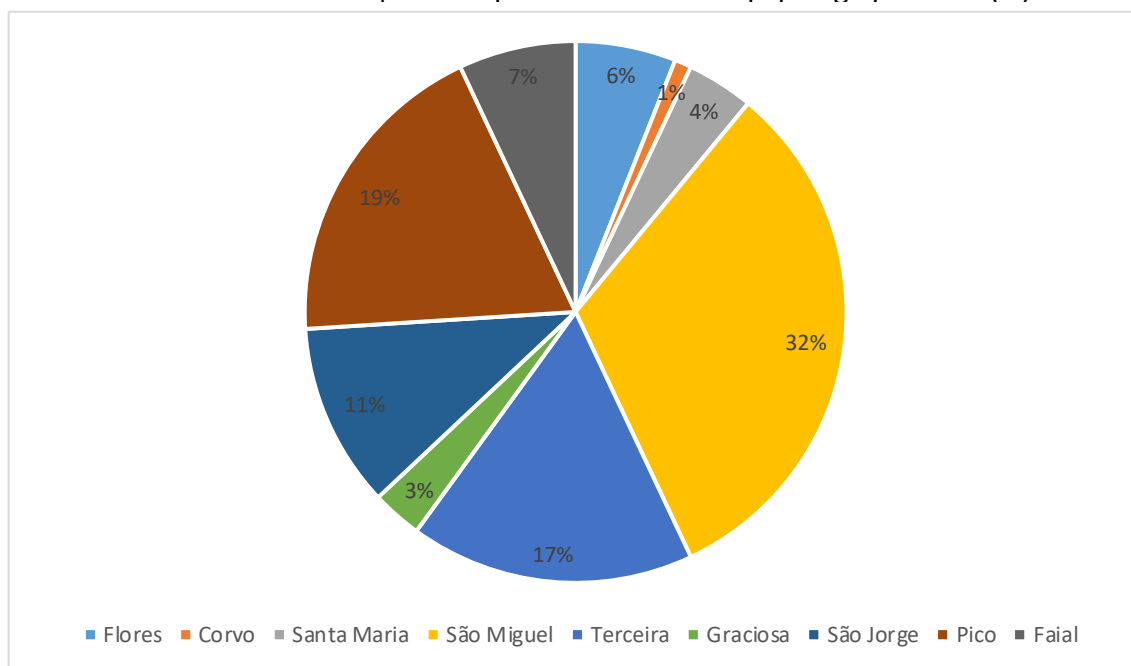
⁵⁵ <https://www.redemunicipiosjuventude.fnaj.pt/>

2. A Escola e os alunos – Enquadramento Metodológico

2.1. Enquadramento geográfico

À Região Autónoma dos Açores é conferida autonomia política e administrativa, possuindo uma Assembleia Legislativa e um Governo próprio. No âmbito internacional (União Europeia) a região é considerada uma região ultraperiférica, dadas as suas vicissitudes geográficas.

Gráfico 1 - Distribuição da superfície total do arquipélago por ilhas (%)



A região divide-se em 9 ilhas, em três grupos geográficos: o Grupo Oriental que inclui as ilhas de São Miguel e Santa Maria; o Grupo Central que abrange as ilhas do Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira; e o Grupo Ocidental que compreende as ilhas das Flores e Corvo, registando à data, um total de 19 municípios, 155 freguesias. Com a dimensão geográfica e populacional a balizar-se: São Miguel (744,58 km² | 137699 pop);

Concretamente no que diz respeito à ilha Terceira, divide-se em dois concelhos, Angra de Heroísmo com 19 freguesias e Praia da Vitória com 11 freguesias, sendo o concelho de Angra de Heroísmo o mais populoso, com 35 402 habitantes, enquanto o concelho da Praia da Vitória tem 21035 habitantes (censos 2011).

2.2. A Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade

2.2.1. Da Fundação à atualidade

A Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade está localizada na cidade de Angra de Heroísmo que tem o seu centro histórico classificado como património mundial pela UNESCO, um reconhecimento pela riqueza histórica da mais antiga cidade açoriana, refletida na sumptuosidade arquitetónica dos seus edifícios.

Desde logo Angra concentrou em si funções económicas, religiosas, políticas, administrativas e militares, mantendo essa função até aos dias correntes. A cidade afirmou-se como o coração do arquipélago desde o século XVI e a Ilha Terceira gozou de um desenvolvimento e dinamismo notórios. A esse respeito, o cronista e sacerdote terceirense Manuel Luís Maldonado⁵⁶, aponta a ilha como sendo “a melhor estalagem do mundo novo”, pois, oferecia às embarcações tudo o que necessitavam com a maior celeridade, referindo ainda que:

[...] era a demora daquelas naus da Índia nesta ilha [Terceira] de tanta conveniência para os moradores dela, que sem embargo das proibições de se não desembarcar delas nada [para evitar extravios], contudo ainda assim dos manuais e das que se não podiam evitar, se acharam os angrenses enriquecidos das preciosíssimas drogas e muitas joias que daqueles orientais reinos costumavam vir (apud MATOS, 2008: 199).

A fundação do edifício da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade data de 9 de outubro de 1969. O imóvel tem um logradouro de 21 500 m², tendo ao tempo da sua inauguração uma superfície coberta de 2 800 m², construída entre 1966 e 1969, tendo custado 21 mil contos, dos quais 3 600 contos foram para aquisição de equipamentos (FERREIRA, 2011: 18).

⁵⁶ Nasce em Angra, a 8 de setembro de 1644. Historiador, genealogista, sacerdote e militar. Autor de uma das obras de registo da historiografia do seu arquipélago, *Fénix Angrense*.

Figura 2 - Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade atualmente



Fonte: Foto pessoal

Trata-se de uma escola de grandes dimensões, apetrechada com os equipamentos essenciais, todavia é notório o desgaste dos materiais e da estrutura, que necessita de obras de requalificação. Atualmente, o edifício possui quatro pisos e uma extensa área exterior. A entrada principal localiza-se no piso 3, onde podemos encontrar, entre outros, os serviços administrativos, a sala do Conselho Executivo e o Gabinete do Presidente.

A Oferta Curricular da Escola oferece um variado leque de opções formativas, especialmente, no que diz respeito ao ensino profissional, onde existem 14 cursos de nível IV, ao abrigo do Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ). Este programa tem por objetivo facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, através de uma ação integrada entre os Serviços de Psicologia e Orientação e os

estabelecimentos de ensino, através da adequação entre a oferta formativa do ensino profissional e as necessidades do mercado de trabalho.

Conta também com o Programa Reativar que assume-se como um Programa que visa qualificar adultos e desenvolve-se, preferencialmente, segundo percursos de dupla certificação, isto é, conferindo uma certificação profissional relativa a uma formação de Nível I, II ou III, associada a uma progressão escolar, com equivalência ao 2.º e ao 3.º Ciclos do Ensino Básico ou ao Ensino Secundário e, ainda, uma formação de Nível IV que poderá possibilitar creditação de acordo com protocolos celebrados com instituições do Ensino Superior⁵⁷.

A nível do Ensino Secundário mantêm-se os Cursos de Ciências e Tecnologias com 214 alunos, Ciências Socioeconómicas com 58 e Línguas e Humanidades com 99. No que se refere ao perfil formativo dominante, podemos concluir que o Ensino Regular se encontra em 1.º lugar, com 622 alunos, seguindo-se o Ensino Profissional com, 242 alunos, o Programa Reativar, com 209 alunos, e em último lugar o Ensino Vocacional, com apenas 31 alunos. Na sua totalidade a Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade possui 1104 alunos. (Dados relativos ao ano letivo 2019/2020)

⁵⁷ <https://edu.azores.gov.pt/seccoes/reativar/>

2.2.2. Caracterização das turmas

Este estudo foi desenvolvido com alunos de duas turmas de 10.º ano (Ensino Secundário) e com uma turma, de forma mais aprofundada, do 9.º ano (Terceiro Ciclo do Ensino Básico), com as quais trabalhamos ao longo de toda a Iniciação à Prática Profissional (IPP). Esta opção deveu-se ao facto de a distância de ano e ciclo ser mínima, ou seja, apenas de um ano e por a temática estudada fazer parte dos conteúdos programados da turma de 9.º, de igual forma por os alunos do 10.º terem igualmente abordado a temática no ano anterior (à exceção dos repetentes) e por estarem mais próximos daquilo que deve ser o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e de todas as responsabilidades que daí advêm.

Para a caracterização seguinte, recorri aos documentos elaborados e disponibilizados no começo do ano letivo, visto que a turma do 9.º ano tinha como diretora de turma a nossa professora orientadora, sendo possível acompanhar o processo de caracterização efetuado para fins de controlo escolar, bem como ter acesso a informações importantes relativamente aos dados biográficos de cada aluno. O mesmo tipo de caracterização aprofundado não foi efetuado para as turmas do 10.º, pelo simples fato, de a informação anteriormente referida não ter sido de igual forma disponibilizada para consulta.

Sendo assim, a turma do 9.º ano tinha um total de 21 alunos, em que 14 eram do género feminino e apenas 7 era do género masculino, nota de que no começo do ano letivo o total de alunos era de 22, mas um dos alunos da turma deixou de a integrar por motivos de transferência para outra escola. Registamos, portanto, uma predominância de alunos do género feminino, com a turma a ter um nível etário médio situado nos 14 anos.

Nenhum dos alunos desta turma se encontrava num quadro de repetência no ano anterior, e do total da turma apenas três alunos referiram ter repetido o ano por uma só vez, havendo ainda a referir a existência de dois alunos alvo de Necessidades Educativas Especiais (NEE), atribuindo assim medidas adequadas no respetivo Programa Educativo Individual (PEI).

Na caracterização referente ao núcleo familiar, há a constatar que a maior parte dos pais e mães dos respetivos alunos possuem um nível de escolaridade de Ensino Superior (8 pais e 9 mães), ao passo que só um pai possui o 1º Ciclo de Ensino Básico.

Nesta turma, o número de alunos beneficiando do apoio da Ação Social Escolar perfazem um total de 9 alunos com escalão, onde um aluno se encontra no I Escalão, dois alunos no II Escalão, quatro alunos III Escalão, dois alunos beneficiam do IV Escalão, ao passo que a restante turma, um total de 12 alunos se encontra no V e último Escalão.

Relativamente aos problemas de saúde, oito alunos desta turma apontaram dificuldades visuais e um aluno apontou sofrera alergias ao pólen, laranja, ácaros do pó, ao famigerado *Brufen*⁵⁸, e ainda dificuldades respiratórias.

Quanto ao gosto pela disciplina de História, somente três alunos de toda a turma referenciaram História como uma das suas disciplinas favoritas. Em contraponto sete dos alunos da turma incluem História como uma disciplina que menos gostam, apontando como principais entraves o facto de acharem uma disciplina “difícil”, terem “dificuldades”, “não gostam da matéria” e ainda a adjetivarem mesma de “uma seca”.

No que concerne à pretensão dos alunos de ingressar no Ensino Superior, a maioria da turma respondeu positivamente, 13 dos alunos da turma, com a área de direito a ser a mais pretendida (4), seguida da área da psicologia (3), havendo ainda referências às áreas a investigação científica, ciência do desporto, medicina, política e restantes não sabem ainda a área desejada.

Verifica-se, também, que todos os alunos têm acesso à internet nos seus domicílios e apenas um dos 20 alunos da turma não possui computador.

Quando indagados o que para eles é um bom professor, destacaram as seguintes características: “que explique bem; que seja fixe; que não desista de nenhum aluno; que saiba lidar com diferentes situações; que capte a atenção dos alunos de formas criativas

⁵⁸ <https://www.brufen.pt/pt-pt/sobre>

e divertidas; que seja interativo; que estimule a autonomia; que não dê aulas de quadro; que não seja muito autoritário e que utilize diversos métodos de ensino”.

2.3. O que eles sabem: inquérito e aula lecionada

2.3.1. Objetivo e objeto de estudo

O objetivo traçado, embora ainda muito ténue, para a realização deste estudo foi projetar, essencialmente, um quadro geral daquilo que é o nível de conhecimentos dos alunos do 9.º ano e do 10.º ano sobre os diversos níveis de Poder, ou seja, do Internacional para o Local, passando pelo Central e Regional, bem como qual seria a sua relevância. A escolha desta temática não foi, de todo, uma opção facilitadora para a realização do estudo, pelo contrário viria a revelar-se mais complexa do que o imaginado. Esta escolha foi resultado de um anseio e preocupação pessoal com algo que poderá ter implicações futuras, futuro esse que cada vez mais se aproxima a passos largos, porque os jovens já não são o mundo de amanhã, mas parte fundamental do mundo de hoje. Era por isso fundamental perceber se, em termos de conhecimento, estavam preparados para o amanhã.

Depois de uma revisão de alguma da literatura disponível, especialmente via internet, percebi que até agora os focos de estudo passaram muito por se estudar o peso dos diversos níveis de poder numa perspetiva institucional e onde a perspetiva educativa teima em se focar quase que única e exclusivamente em política de Educação. Em suma era necessário perceber que lacunas poderiam existir atualmente na formação destes jovens que em pouco tempo estarão bem perto do desejo que é atingir *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* que, como já abordamos no enquadramento teórico, contempla uma série de competências fundamentais para a ideal participação cívica e política no futuro destes jovens alunos.

Posto isto, para além de quantificar o nível de conhecimento que os inquiridos possuem sobre os diversos níveis de Poder, era necessário qualificá-lo, qualificando-o tanto na sua relevância como na sua origem, bem com a perceção da necessidade, ou não, do aprofundamento desse mesmo conhecimento. Ficou patente, também, a necessidade de os alunos hierarquizarem o nível de importância dos diversos órgãos, para compreender o peso que eles entenderem na atribuição a cada órgão de forma natural. Indispensável foi também selecionar de maneira criteriosa os parâmetros a

incluir no questionário quer no próprio conceito de poder, quer no tipo órgãos, quer nos cargos, funções e a sua relevância, com o objetivo claro de perceber o estado atual de todos esses fatores numa vertente global e numa vertente mais específica.

2.3.2. Inquérito por questionário

Completada a etapa destinada ao levantamento bibliográfico, iniciei uma viagem no tempo, em cerca de uma década, para me colocar, novamente, no lugar de um aluno do 9.º ano e 10.º ano, onde eu pessoalmente e ao contrário da larga maioria dos meus colegas, na altura, demonstrava interesse pelas questões políticas e de “poder”, independentemente de ser à escala internacional, nacional, regional ou local. Foi esta viagem temporal um dos fatores preponderantes para a definição da morfologia do inquérito e elaborado.

O passo seguinte foi a elaboração do questionário, tomando a opção de optar pela sua aplicação através de um questionário online, em que para esse propósito recorri à ferramenta *Google Forms*⁵⁹, que atualmente é um serviço gratuito disponibilizado pela *Google*, com um manancial de recursos que permite a realização de um questionário extremamente personalizado, tendo-se revelado uma ferramenta ideal para a finalidade. A versão escrita (*Anexo 10*, pp. 94-100) também foi elaborada, embora não aplicada. Numa fase inicial tentei englobar o máximo de questões afetas à temática do Poder Local em Portugal, o que me daria uma larga margem de um extenso número de questões relacionadas com a quantificação do conhecimento do inquirido, o que levou à necessidade de efetuar um processo de eliminação do número de questões e emagrecimento da carga de respostas a serem dadas, numa tentativa de equilibrar a quantificação e qualificação dos dados pretendidos, fixando o questionário em sete secções, num total de dezoito questões.

Relativamente à estrutura do questionário propriamente dito, foi colocado numa primeira página, uma curta descrição junto do título do questionário “Nível de conhecimento sobre os diversos Órgãos e Cargos de Poder”, com as seguintes instruções: “Faça uma breve reflexão sobre o nível de conhecimento que entende ter sobre os diversos níveis de poder, respondendo a todas as questões que se seguem.” e “Por favor, leia com atenção as Questões bem como a sua Descrição.”, em que na

⁵⁹ <https://www.google.com/forms/about/>

primeira instrução pretendo dar a entender que não existem respostas certas ou erradas, mas sim aquelas que os inquiridos entendem, de forma genuína e autónoma, ser as suas, e a segunda instrução em que reforço a necessidade lerem com a atenção e as suas descrições para entenderem da melhor forma o que lhes é questionado, tal como a resposta que entendem que devem dar em cada questão apresentada. (*Anexo 1*, p. 87)

Optando, portanto, por dividir o questionário em sete secções: onde na primeira secção requeri os dados pessoais, mais básicos, dos inquiridos, nomeadamente: a idade, o género e o ano de escolaridade (9.º ou 10.º ano) que frequentavam (*Anexo 2*, p. 87); numa segunda secção dou início à tentativa de compreensão do nível de importância atribuída pelos inquiridos aos “Órgãos e Cargos de Poder” (Parlamento Europeu, Assembleia da República, Assembleia Regional, Câmara Municipal e Junta de Freguesia) e (Presidente do Parlamento Europeu, Primeiro Ministro, Presidente do Governo Regional, Presidente de Câmara e Presidente de Junta) com duas perguntas obrigatórias, em que as respostas eram dadas através de uma grelha de escolha múltipla, possibilitando a hierarquização das suas escolhas, numa escala de 1 a 5, em que 1 era “Menos Importante” e 5 “Mais Importante”, importa referenciar tanto os órgãos como os cargos de poder estavam ordenados aleatoriamente para não induzir qualquer tipo de resposta ao inquirido. (*Anexo 3*, p. 88)

Passando para a inquirição sobre o nível de conhecimento que os inquiridos entendem ter, na terceira secção foi-lhes atribuída uma primeira questão sobre o seu nível de conhecimento sobre o “Poder Europeu (Parlamento Europeu)”, onde a resposta era dada através de uma escala linear de 1 a 5, em que 1 era “Pouco” e 5 “Muito” (*Anexo 4*, p. 88); na quarta secção do questionário foi-lhes interrogado acerca do nível de conhecimento sobre “Poder Nacional (Assembleia da República)”, em que as respostas eram efetuados no mesmo modelo da secção anterior (*Anexo 5*, p. 90); na diz respeito à quinta secção é questionado aos inquiridos o seu nível de conhecimento sobre o “Poder Regional (Assembleia Regional)”, sendo as repostas dadas na mesma modalidade da secção quatro (*Anexo 6*, p. 91); na sexta e última secção, no que diz

respeito ao nível de conhecimento, foi colocada a questão sobre o nível de conhecimento entendia ter os inquiridos sobre o “Poder Local (Câmara e Junta de Freguesia)”, sendo as respostas dadas nos mesmos moldes das secções anteriores (Anexo 7, p. 92). De salientar que as 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª secções foram, todas elas, acompanhadas por três perguntas equivalentes: sendo a primeira de cariz obrigatório e onde era perguntado o “Em que contexto adquiriu este conhecimento?”, onde as respostas eram dadas através de grelha de escolha múltipla com o intuito e atribuir o nível importância dado ao “contexto familiar”, ao “contexto escolar” e “outro”, tendo como atribuição possível “Irrelevante”, “Pouco Relevante”, “Relevante”, “Muito Relevante”; a segunda questão não obrigatória sobre o “contexto escolar” em que disciplina recaía a aquisição desse conhecimento, tendo como opções “História (9.º ano)”, “História A (10.º ano)”, “Cidadania e Desenvolvimento” e ainda a opção de resposta aberta “Outra”; a terceira e última questão anexada às secções referidas, era também ela opcional e de resposta aberta sobre “Outros contextos (exemplos: amigos, internet, comunicação social... etc)”. (Anexos 4-7, pp. 89-92)

Na sétima e última secção do questionário foi pedido, através de resposta opcional, aos inquiridos que desenvolvessem uma “pequena reflexão relacionando exercício do poder com responsabilidade cívica” (Anexo 8, p. 93). No final do questionário foi colocada uma mensagem de agradecimento pela participação do inquirido. (Anexo 9, p. 93)

2.3.3. Aula lecionada

Ainda no âmbito da Iniciação à Prática Profissional, foi-me permitido a lecionação de um aula de 90 minutos à turma do 9.º ano cuja a temática era a Democratização em Portugal, referente ao tema “11 - Do Segundo Pós-Guerra aos anos 80”, ao subtema “11.3 – Portugal: do Autoritarismo à Democracia” e ao ponto “Portugal Democrático – A Revolução de Abril e o processo revolucionário; as novas instituições democráticas” do programa da disciplina de História do 9.º ano⁶⁰, com foco nas aprendizagens essenciais “Compreender a complexidade do processo de democratização, do PREC à progressiva instalação e consolidação das estruturas democráticas” e os conceitos de “Democratização”, “Autonomia Regional”, “Poder Autárquico” e “Descentralização. Foram colocadas como questões orientadoras: “Como se caracteriza o regime democrático português?” e “Como evoluiu o regime democrático até à atualidade?”, tendo como Sumário “Portugal Democrático; Democratização e as novas instituições democráticas”.

Estabeleci para esta aula com Plano de Aula, o enquadramento dos conteúdos a serem lecionados, o visionamento de um vídeo sobre o 25 e novembro de 1975 realçando a sua importância no período pós-democrático. Para acompanhar os conteúdos destinados a esta aula, utilizei um *PowerPoint* como suporte digital, onde para dar resposta à primeira pergunta orientadora foram colocadas, na primeira parte da aula: uma linha temporal sobre os principais acontecimentos que marcaram os pós-25 de abril de 1974; imagens alusivas aos principais líderes e respetivas forças políticas e ainda um documento do livro alusivo à Constituição de 1976; um esquema sobre a estrutura do Regime Democrático Português; a definição do conceito de semipresidencialismo. Para dar resposta à segunda pergunta orientadora, igualmente através do suporte digital, foi colocado: uma linha temporal animada acompanhada com imagens e vídeos sobre os principais acontecimentos que marcaram a evolução do Regime Democrático desde o pós-Revolução 25 de Abril 1974 até aos dias de hoje; uma

⁶⁰ https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_2.pdf

linha temporal com imagens dos presidentes da República desde as primeiras eleições presidenciais de 1976 à atualidade; dois pequenos vídeos-resumo sobre a evolução da situação económico-social e sobre a política atualmente; imagens e pequenos textos, da Porto Editora, relativas às estruturas de poder em Portugal (Central, Regional e Local) (Figuras 3, 4 e 5) ; um exercício coletivo sobre os conteúdos lecionados e por fim a atribuição de um trabalho de grupo sobre os principais partidos no pós-25 de Abril de 1974. (Anexo 11, pp. 101-102)

Figura 3 – Órgãos do Poder Central

Órgãos do Poder Central

O Poder Central é o poder político responsável pelas decisões que se destinam a todo o território e a toda a população portuguesa.



Palácio Nacional de Belem, Lisboa (residência oficial do Presidente da República)



Sala de sessões da Assembleia da República

Órgãos do Poder Central ou soberania

Presidente da República	Funções
Eletto por um período de 5 anos , representa a República Portuguesa .	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Nomear e demitir o primeiro-ministro; ▶ Aprovar e mandar publicar as leis; ▶ Marcar as eleições.
Governo	Funções
Constituído pelo primeiro-ministro , eleito pela população eleitora e nomeado pelo Presidente da República, por um período de 4 anos , e pelos respetivos ministros e secretários .	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Elaborar um programa de governação e apresentá-lo à Assembleia da República; ▶ Fazer cumprir as leis.
Assembleia da República	Funções
Constituída por deputados , eleitos pelos cidadãos eleitores, por um período de 4 anos .	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fazer as leis; ▶ Aprovar o programa do Governo; ▶ Fiscalizar a atividade do Governo.
Tribunais	Funções
Independente dos restantes poderes políticos.	▶ Garantir o exercício da justiça.

Figura 4 - Órgãos do Poder Regional

Órgãos do Poder Regional

Os arquipélagos dos Açores e da Madeira estão dependentes do Poder Central. No entanto, de acordo com a Constituição de 1976, cada arquipélago é uma região autónoma, com órgãos de governo próprio.



Bandeira da Região Autónoma da Madeira



Bandeira da Região Autónoma dos Açores

Órgãos de governo regional

Assembleia Regional	Funções
	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fazer as leis próprias; ▶ Fiscalizar as atividades do Governo Regional.
Governo Regional	Funções
	▶ Administrar e fazer executar as leis de cada região.
<p>Em cada Região autónoma existe um Ministro da República, nomeado pelo Presidente da República, que representa o Poder Central em cada Região. É da sua responsabilidade assinar e mandar publicar os decretos da Assembleia e do Governo Regional.</p> <p>O mandato do Ministro da República tem a duração do mandato do Presidente da República.</p>	

Figura 5 - Órgãos do Poder

Órgãos do Poder Local

A Constituição de 1976 reconheceu a importância de dar mais poderes às autarquias locais por serem os órgãos de poder mais próximos das populações, e por isso podiam atender mais facilmente às suas necessidades.



Câmara Municipal de Lisboa



Junta de Freguesia do Bonfim, Porto

Órgãos do Poder Local

Assembleia Municipal	Funções
	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Aprovar o plano anual de atividades da Câmara; ▶ Propor soluções para problemas do Concelho.
Câmara Municipal	Funções
	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Redigir o plano anual de atividades, apresentá-lo à Assembleia Municipal e executá-lo; ▶ Aprovar projetos de construção; ▶ Conceder licenças para a instalação de empresas; ▶ Pôr em prática medidas que promovam o bem-estar e conforto das populações.
Assembleia de Freguesia	Funções
	▶ Propor soluções para os problemas da freguesia.
Junta de Freguesia	Funções
	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Escutar as propostas da Assembleia de Freguesia; ▶ Pôr em prática medidas que promovam o bem-estar e conforto das populações.

Fonte: Escola Virtual (Porto Editora)

3. Resultados e feedback

3.1. Resultados do Inquérito

Neste subponto, são apresentados os dados obtidos através o inquérito colocado em prática, criado a partir da plataforma *Google Forms*, destinado aos alunos das turmas do 9.º e 10.º, realizado a 26 de março de 2021 (*Anexos 1-9*, pp. 87-93). De realçar a obrigatoriedade de resposta à grande maioria das perguntas, procurando de uma forma clara e evidente quantificar e qualificar o nível de conhecimento sobre a temática dos níveis de poder que os alunos entendiam ter. Foram registadas um total de 45 respostas, recordar que devido a vários fatores (falta do aluno, falta de recurso tecnológico para realizar o inquérito, desistência da disciplina), não foi possível adquirir a participação de todos os alunos da turma do 9.º e das duas turmas do 10.º, ainda assim, participaram mais de metade dos alunos de cada turma envolvida.

Na **primeira secção** (*Anexo 2*, p. 87) que dizia respeito aos dados pessoais dos inquiridos, foi-lhes perguntado a idade, género e ano de escolaridade que frequentava tendo obtido uma variação de idades entre os 14 e 17 anos, uma percentagem de 68,9% (31) de participantes do género Feminino e 31,1% (14) do género Masculino, enquanto que 68,9% (31) frequentava o 10.º ano e 31,1% (14) o 9.º ano, conforme registamos nos *Gráficos 3, 4 e 5*, apresentados em seguida.

Gráfico 3 – Idade dos Inquiridos

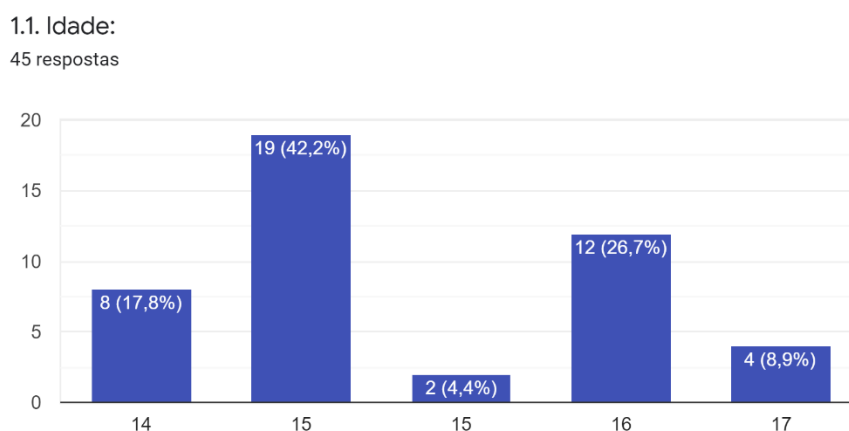


Gráfico 4 – Género dos Inquiridos

1.2. Género:

45 respostas

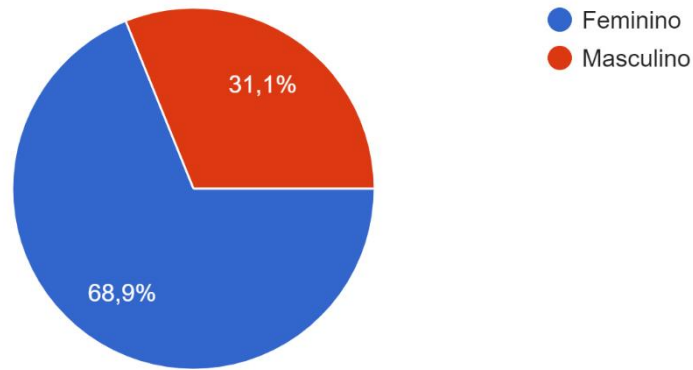
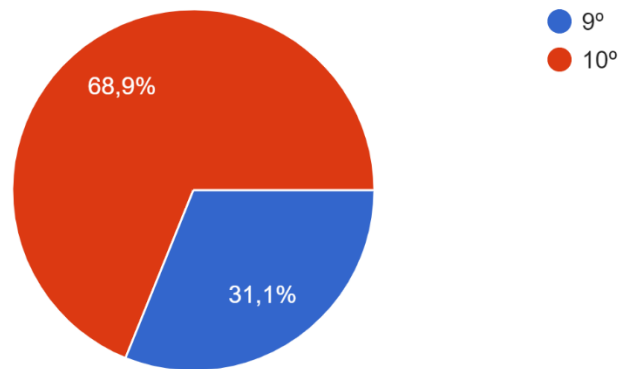


Gráfico 5 – Ano de escolaridade que o inquirido frequenta

1.3. Que ano de escolaridade frequenta?

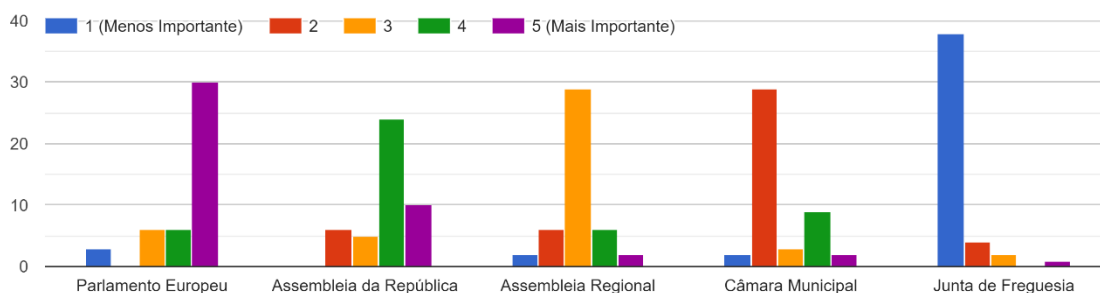
45 respostas



Na **segunda secção** (*Anexo 3, p. 88*), foi procurado saber, numa escala de 1 (Menos Importante) a 5 (Mais importante), qual era o nível de importância que os inquiridos atribuíam órgãos e cargos de poder.

Gráfico 6 – Nível de importância dos Órgãos e Cargos de Poder

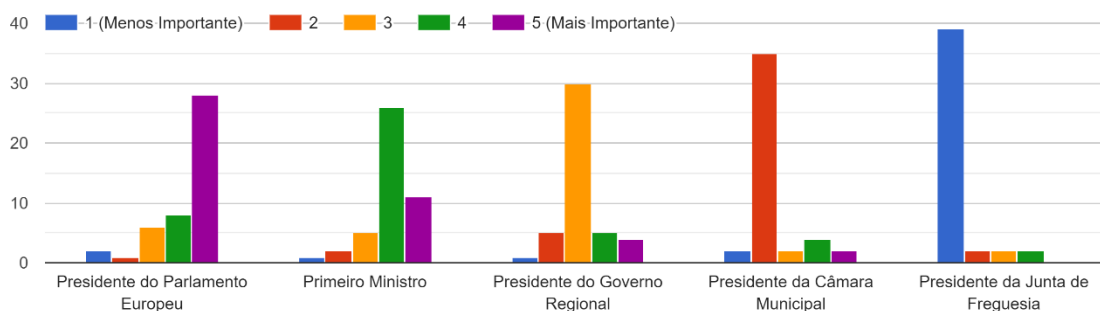
2.1. - Qual o Órgão, na tua opinião, com maior importância? (Ordena por ordem decrescente, em que o 5 é o mais importante e o 1 o menos importante)



Em relação aos diversos órgãos constatamos o seguinte: 7 alunos consideraram que o “Parlamento Europeu” seria o órgão mais importante optando pela resposta “5 (Mais Importante)”, colocando “Assembleia da República”, “Assembleia Regional” e “Câmara Municipal” nos níveis intermédios, entre 2 e 4, enquanto para 38 dos alunos inquiridos a “Junta de Freguesia” foi tomada como opção de “1 (Menos Importante)”.

Gráfico 7 - Nível de importância dos Órgãos e Cargos de Poder

2.2. - Qual o Cargo, na sua opinião, com maior importância? (Ordena por ordem decrescente, em que o 5 é o mais importante e o 1 o menos importante)



Na segunda questão direcionada nível de importância a atribuir aos cargos de poder, 28 dos alunos considerou que é a figura do “Presidente do Parlamento Europeu” como a opção “5 (Mais Importante)”, já os cargos de “Primeiro Ministro”, “Presidente do Governo Regional” e “Presidente da Câmara Municipal” encontram-se nos níveis

intermédios de classificação (2-4), enquanto o cargo de “Presidente de Junta” é considerado o “1 (Menos Importante)” por um total de 39 alunos.

Gráfico 8 - Nível de conhecimento sobre o Poder Europeu (Parlamento Europeu)

3.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre o Poder Europeu? (Parlamento Europeu)

45 respostas

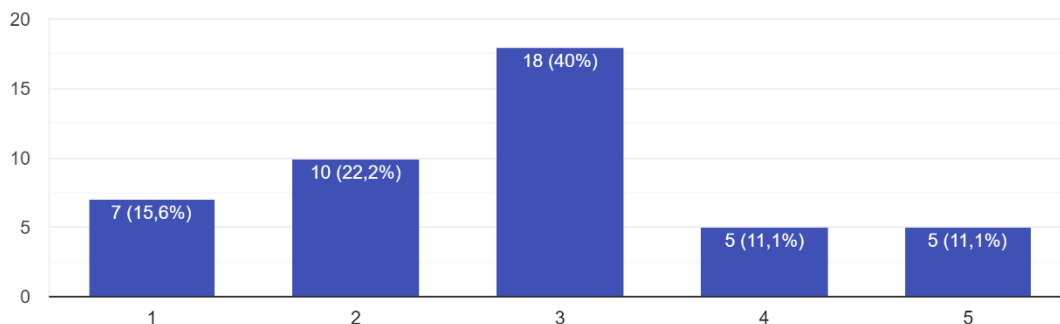
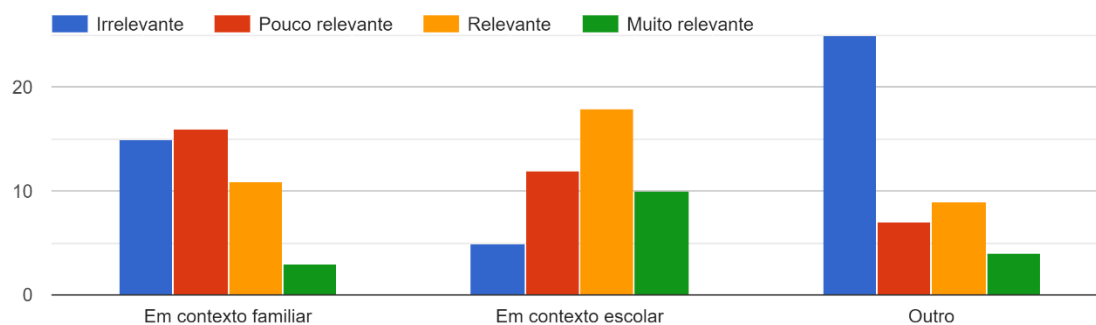


Gráfico 9 - O contexto da aquisição desse conhecimento

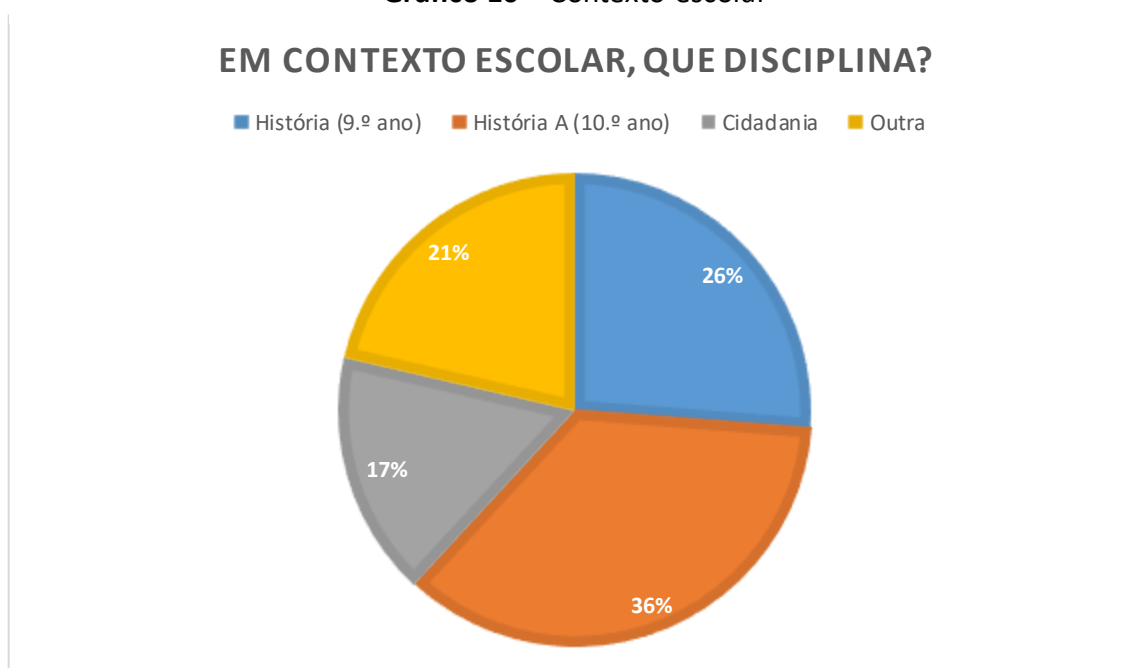
3.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento?



No que à **terceira secção** (*Anexo 4*, p. 89), diz respeito, começamos por questionar o sobre o nível de conhecimento que os alunos entendiam ter sobre o “Poder Europeu (Parlamento Europeu)”, através de resposta em linha linear, em que 1 era “Pouco” e 5 “Muito”, 18 (40%) dos alunos considera ter um nível 3, nível de intermédio, de conhecimento sobre este órgão, 17 alunos entender ter nível 1 e 2 de conhecimento e 10 alunos os níveis 4 e 5 de conhecimento (Gráfico 8). Na pergunta seguinte sobre a

relevância sobre contexto foi adquirido esse conhecimento, demonstra que o “contexto familiar” é pouco ou nada relevante para 31 alunos, ao passo que o “contexto familiar” é relevante ou muito relevante para 28 alunos e por último “outro” contexto totalmente irrelevante para 25 de alunos (Gráfico 9).

Gráfico 10 – Contexto escolar



Na terceira pergunta, de resposta opcional, referente a esta secção, era perguntado aos inquiridos, no “contexto escolar”, em que “disciplinas” tinham adquirido os conhecimentos, 15 (36%) afirmaram a disciplina de História A (10.º ano), 11 (26%) a disciplina de História (9.º ano), 7 (17%) a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e 9 (21%) em Outra disciplina (Gráfico 10). Na quarta e última questão, de resposta aberta, destinada a esta secção, questionou-se em que “outros contextos” adquiriram o conhecimento, registando as seguintes respostas: Amigos (2); Comunicação Social (6) e Internet (8).

Relativamente à **quarta secção** (Anexo 5, p. 90), começamos por questionar o sobre o nível de conhecimento que os alunos entendiam ter sobre o “Poder Nacional (Assembleia da República)” através de resposta em linha linear, em que 1 era “Pouco” e 5 “Muito”, 34 (80%) dos alunos entendia ter o nível 3 e 5 de conhecimento, enquanto os restantes 11 (20%) o nível 1 e 2 (Gráfico 11). Na segunda questão sobre em que

contexto tinha sido adquirido esse conhecimento, mais de metade dos alunos (23) considera o “contexto escolar” “Relevante”, com uma nota importante de 9 dos alunos considerarem o “contexto familiar” como muito “Relevante”, novamente “outros contextos” possuíram o maior número de “Irrelevante” (20) (Gráfico12).

Gráfico 11 - Nível de conhecimento sobre o Poder Nacional (Assembleia da República)

4.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre Poder Nacional? (Assembleia da República)
45 respostas

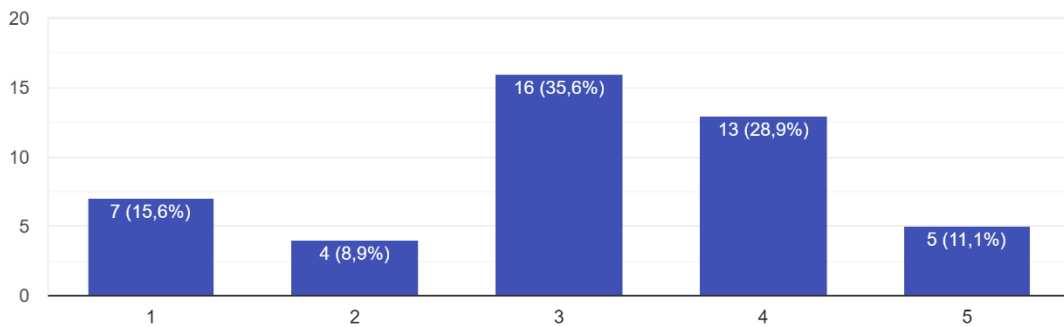
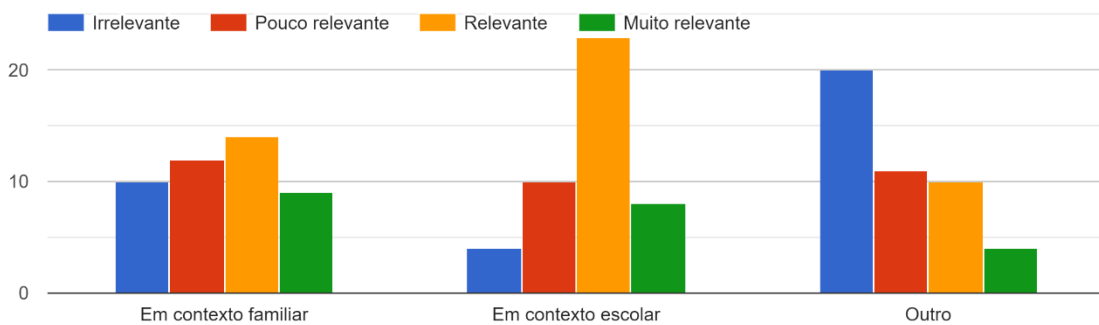


Gráfico 12 - O contexto da aquisição desse conhecimento

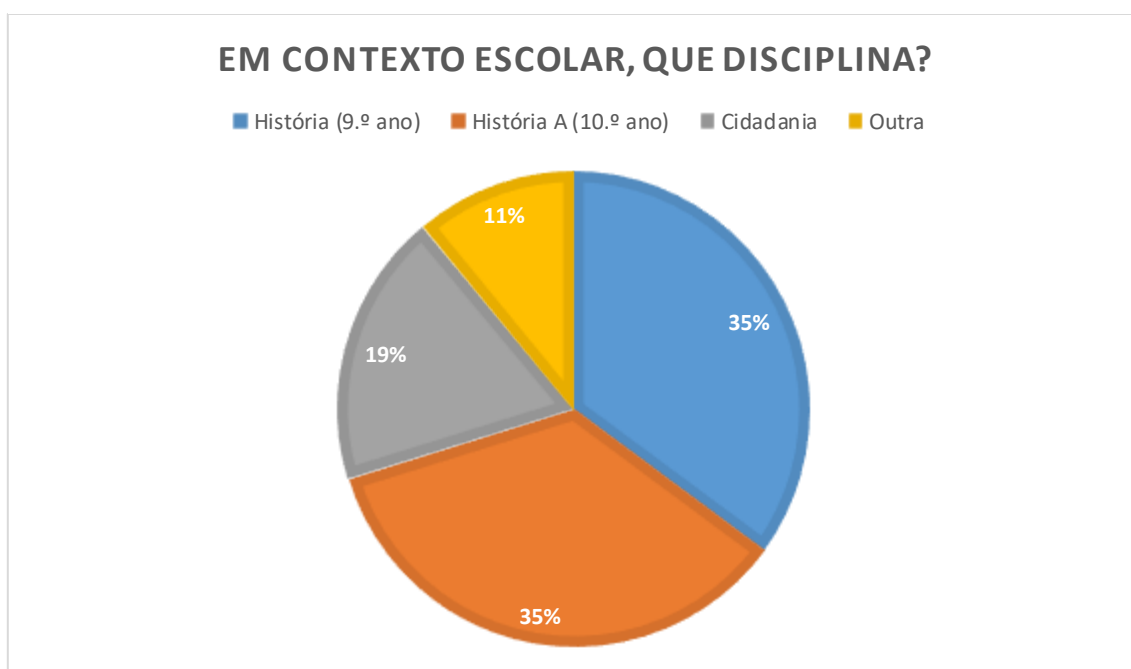
4.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento?



Na terceira pergunta, de resposta opcional, referente a esta secção, era perguntado aos inquiridos, no “contexto escolar”, em que “disciplinas” tinham adquirido os conhecimentos, 15 (35%) afirmaram a disciplina de História A (10.º ano), 15 (35%) a disciplina de História (9.º ano), 8 (19%) a disciplina de Cidadania e

Desenvolvimento e 9 (11%) em Outra disciplina (Gráfico 13). Na quarta e última questão, de resposta aberta, destinada a esta secção, questionou-se em que “outros contextos” adquiriram o conhecimento, registando as seguintes respostas: Amigos (4); Comunicação Social (4) e Internet (11).

Gráfico 13 - Contexto escolar



Já na **quinta secção** (*Anexo 6*, p. 91), começamos por questionar o sobre o nível de conhecimento que os alunos entendiam ter sobre o “Poder Regional (Assembleia Regional)” através de resposta em linha linear, em que 1 era “Pouco” e 5 “Muito”, 19 (42%) dos alunos considera ter um nível 3, nível de intermédio, de conhecimento sobre este órgão, 15 (33%) alunos entender ter nível 1 e 2 de conhecimento e 11 (15%) alunos os níveis 4 e 5 de conhecimento (Gráfico 14). Na pergunta seguinte sobre a relevância sobre contexto foi adquirido esse conhecimento, demonstra que o “contexto familiar” é pouco ou nada relevante para 25 alunos, ao passo que o “contexto familiar” é

“relevante” ou “muito relevante” para 28 alunos e por último “outro” contexto totalmente “irrelevante” para 23 alunos (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Nível de conhecimento sobre o Poder Regional (Assembleia Regional)

5.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre Poder Regional? (Assembleia Regional)

45 respostas

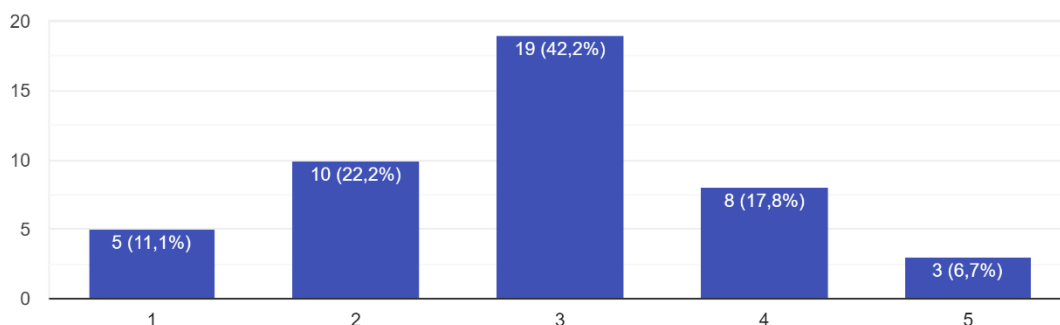
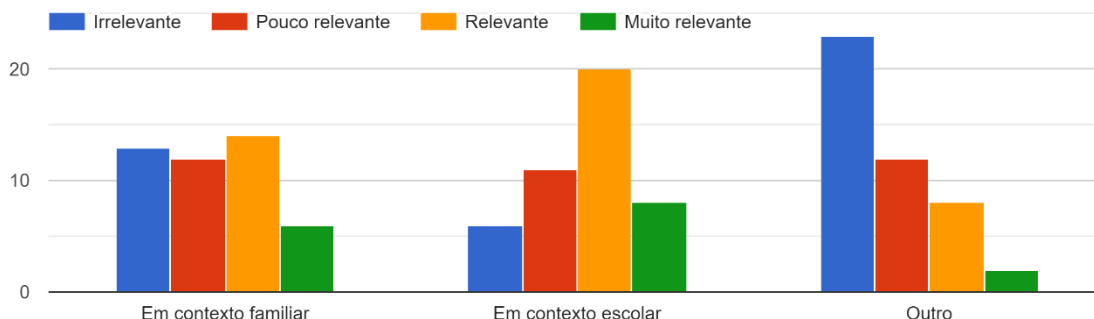


Gráfico 14 - O contexto da aquisição desse conhecimento

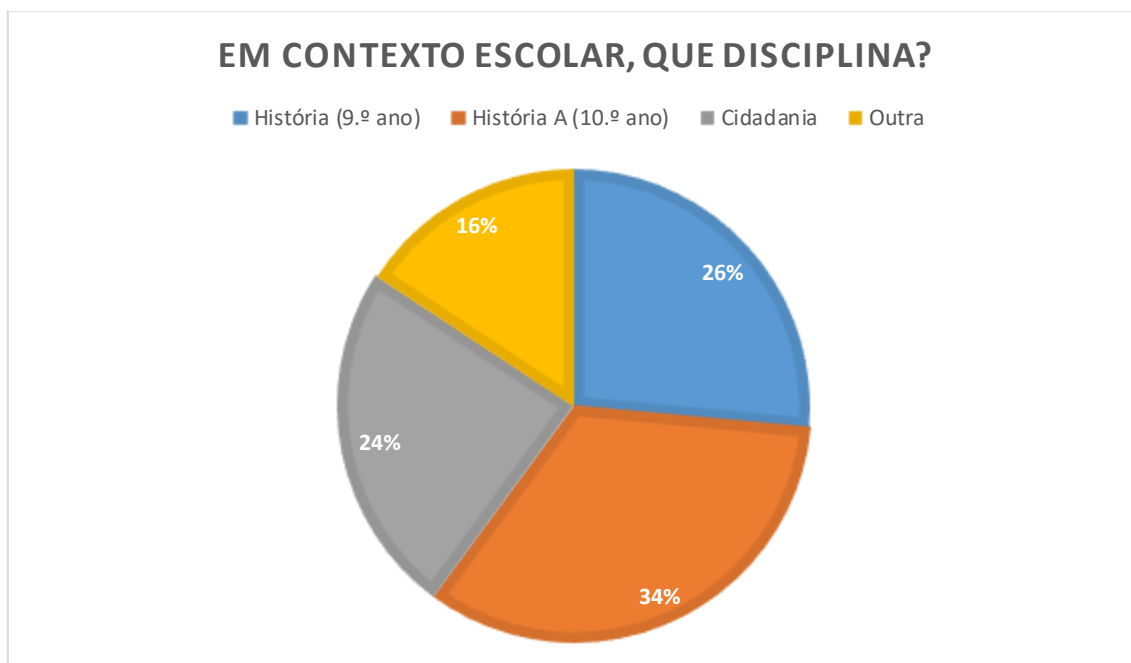
5.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento?



Na terceira pergunta, de resposta opcional, referente a esta secção, era perguntado aos inquiridos, no “contexto escolar”, em que “disciplinas” tinham adquirido os conhecimentos, 14 (34%) afirmaram a disciplina de História A (10.º ano), 11 (27%) a disciplina de História (9.º ano), 10 (24%) a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e 6 (15%) em Outra disciplina (Gráfico 16). Na quarta e última questão, de resposta aberta, destinada a esta secção, questionou-se em que “outros contextos”

adquiriram o conhecimento, registando as seguintes respostas: Amigos (4); Comunicação Social (6) e Internet (9).

Gráfico 16 - Contexto escolar



No que concerne à **sexta secção** (*Anexo 7*, p. 92), começamos por questionar o sobre o nível de conhecimento que os alunos entendiam ter sobre o “Poder Local (Câmara Municipal e Junta de Freguesia)” através de resposta em linha linear, em que 1 era “Pouco” e 5 “Muito”, 16 (36%) dos alunos considera ter um nível 3, nível de intermédio, de conhecimento sobre este órgão, 15 (33%) alunos entender ter nível 1 e 2 de conhecimento e 14 (31%) alunos os níveis 4 e 5 de conhecimento (Gráfico 17). Na pergunta seguinte sobre a relevância sobre contexto foi adquirido esse conhecimento, demonstra que o “contexto familiar” é “relevante” ou “muito relevante” para 26 alunos, ao passo que o “contexto escolar” é “relevante” para 19 alunos e por último “outro” contexto totalmente irrelevante para 26 alunos (Gráfico 18).

Gráfico 17 - Nível de conhecimento sobre o Poder Local (Câmara Municipal e Junta de Freguesia)

6.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre Poder Local? (Câmara Municipal e Junta de Freguesia)

45 respostas

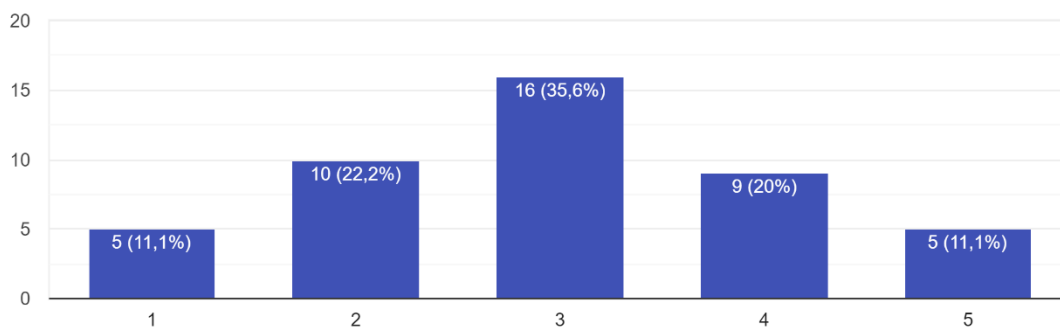
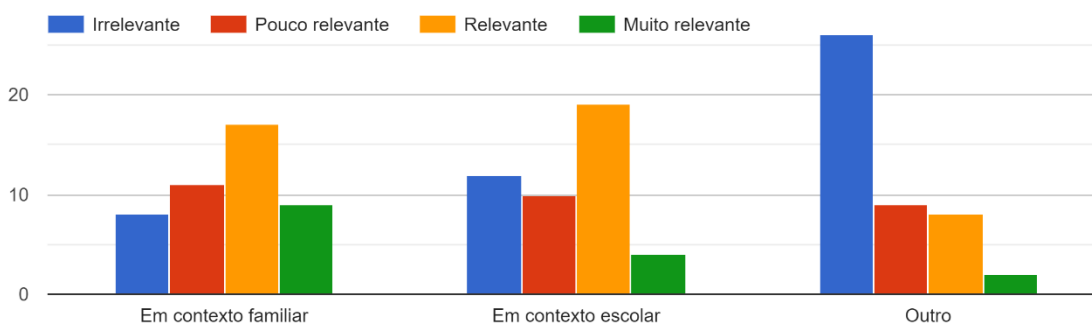


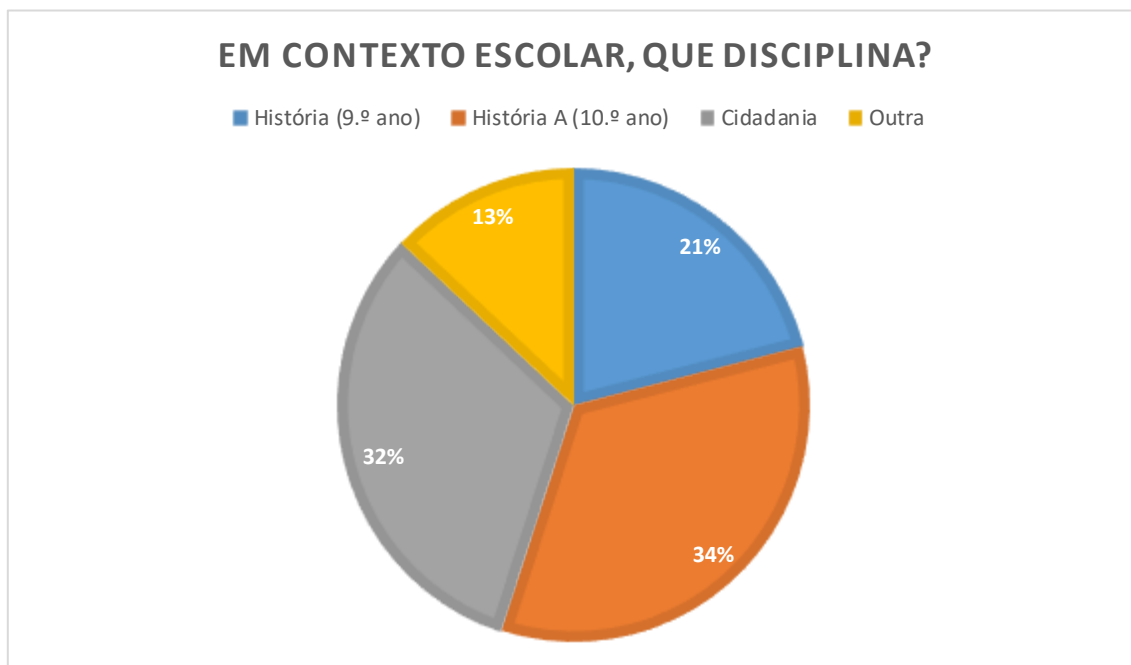
Gráfico 18 - O contexto da aquisição desse conhecimento

6.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento?



Na terceira pergunta, de resposta opcional, referente a esta secção, era perguntado aos inquiridos, no “contexto escolar”, em que “disciplinas” tinham adquirido os conhecimentos, 13 (34%) afirmaram a disciplina de História A (10.º ano), 8 (21%) a disciplina de História (9.º ano), 12 (32%) a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e 5 (13%) em Outra disciplina (Gráfico 19). Na quarta e última questão, de resposta aberta, destinada a esta secção, questionou-se em que “outros contextos” adquiriram o conhecimento, registando as seguintes respostas: Amigos (2); Comunicação Social (3) e Internet (7).

Gráfico 19 - Contexto escolar



Na **sétima secção** (*Anexo 8*, p. 93) e última deste questionário, foi pedido, através de resposta aberta e opcional, aos inquiridos que desenvolvessem uma “pequena reflexão relacionando exercício do poder com responsabilidade cívica”, obtendo um total de 39 respostas:

Os cidadãos são os verdadeiros responsáveis pelo exercício do poder, pois, são eles que votam e escolhem os representantes do poder, tendo influência o seu conhecimento sobre o assunto.

Temos o dever de votar, pois assim escolhemos de uma certa forma o nosso futuro e quem o vai representar.

É importante as pessoas que possuem o dever cívico votar pois podem escolher o que lhes agrada ao não votar não possuem o direito de reclamar.

<p>O exercício do poder é responsabilidade cívica, pois o cidadão deve votar na pessoa que quer que seja sua representante.</p>
<p>Os cidadãos não estão a cumprir o seu papel cívico, cada vez mais está a haver maior abstenção. Sendo que podiam votar pelo menos em branco.</p>
<p>Os cidadãos têm que tomar responsabilidade de votar e eleger os seus representantes.</p>
<p>Os cidadãos não podem estar fora da política, têm que tomar a responsabilidade de votar num representante.</p>
<p>O representante máximo de um país ou região, é alguém que o povo elege, tendo de reunir todas as condições necessárias(perfil) para exercer um certo tipo de cargo. No entanto, é necessário que o povo erga a "sua voz" através do voto, só assim será possível a participação dos cidadãos na política.</p>
<p>Os cidadãos escolhem outros cidadãos para os representar.</p>
<p>Os governos são formados por cidadãos escolhidos por outros cidadãos para os representar para os governar pelo seu potencial.</p>
<p>Os cidadãos têm de ter o dever de votar. Ao votarem estão a eleger quem vai tomar decisões por eles e pela localidade (freguesia, país, união, etc) na qual eles vivem. O voto é o nosso principal dever cívico e temos de ter muita consciência quando o utilizamos.</p>
<p>O cidadão tem o dever de eleger os seus governantes e de seguir as notas impostas pelos mesmos pois se não o fizerem a sociedade de como nós conhecemos iria ser totalmente diferente pois se não se seguir regras do governo viria uma anarquia e se o povo não votar nas suas eleições haveria uma ditadura e a democracia ao acontecer tal coisa estaria em causa.</p>
<p>O cidadão tem o dever de eleger os seus governantes que é um dever na sua posse pois os mesmos vivem em democracia pois se não houver essas ou os mesmos não</p>

<p>votarem vivem numa ditadura e o dever de terem de seguir regras impostas pelo estado.</p>
<p>Os cidadãos têm direito a um voto, e muitos mais direitos. Sem cidadãos não há política pois quase tudo na política é por causa dos cidadãos. Mas os cidadãos também têm que saber que ao votarem em alguém como presidente da República por exemplo, vai haver consequências.</p>
<p>Os cidadãos devem votar numa pessoa tendo consciência do que ela será capaz de fazer, ou seja, terá de corresponder ao que prometeu e se não o fizer devem se opor e votar em alguém que realmente seja capaz de corresponder aos problemas da sociedade.</p>
<p>Os cidadãos devem votar numa pessoa tendo consciência do que ela é capaz de fazer, ou seja, tem que cumprir o que prometeu e se não o fizer tem que se opor e eleger uma pessoa capaz de corresponder aos problemas da sociedade.</p>
<p>Os cidadãos devem escolher os seus governantes através do voto. É por isso que todos tem o direito e o dever de votar.</p>
<p>Tem de exercer o poder de acordo com o q as pessoas podem, não podem, devem ou não fazer.</p>
<p>É muito importante a intervenção dos cidadãos no poder e no direito ao voto.</p>
<p>Para haver por exemplo um Presidente da freguesia alguém tem que votar nele, tem que haver cidadãos participativos, e confiar nessa pessoa que vai ser eleita caso essa pessoa não compra elegemos outro.</p>
<p>É muito importante votar para garantimos que o nosso direito e dever foi exercido e para poder garantir o que é superior a nós e que decide e faz as leis do nosso país e região não é algo absurdo.</p>
<p>Direito e dever de votar.</p>
<p>São ambas importantes.</p>

Votar.
O voto é de responsabilidade cívica dos cidadãos.
Todos os cidadãos devem cumprir com as leis de cada cargo poder publico para sermos uma sociedade bem civilizada.
É importante que quem está à frente do poder consiga atender às necessidades do seio da civilização da qual está a delegar e que ao mesmo tempo nós cidadãos soubermos exercer este título da melhor maneira cumprindo com aqui que a nós nos diz respeito.
Devemos ser bons cidadãos.
Responsabilidade não só pelo Reino mas pelos cidadãos.
Os cidadãos devem votar.
É necessário que todos os cidadãos votem e que o façam com responsabilidade.
Não sei. (8)

3.2. Análise dos resultados do Inquérito

Nas respostas dadas à **segunda secção** ficou bem claro que o nível de importância que os inquiridos atribuem aos “Órgãos e Cargos de Poder” vai diminuindo à medida que aumenta o afastamento do poder, ou seja, quanto mais elevado o nível de poder, mais importância atribuem, começando no Poder Local e terminando no Poder Internacional, ficando excluída a importância do poder em associação com o seu nível de proximidade.

Nos resultados obtidos nas **terceira, segunda, quarta, quinta e sexta secções**, ficou bem latente, que os alunos entendem ter, na sua maioria um nível intermédio de conhecimento sobre os diversos níveis de poder (Internacional, Nacional, Regional e Local), mas é no “Poder Nacional” (Assembleia da República) que mais alunos inquiridos entendem ter um maior nível de conhecimento, relativamente ao contexto de aquisição

desse conhecimento, o “contexto escolar” é o que mais demonstra “Relevante” ao longo de todo o inquirido, de realçar também o aumento de relevância do “contexto familiar” à medida que se aproxima o nível de poder, ou seja, o “poder local” é aquele que mais peso possui no referido contexto.

Debruçando sobre o “contexto escolar”, as disciplinas que mais são referenciadas são História A (10.º ano) e História (9.º ano), enquanto que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento vai ganhando peso à medida que há uma aproximação do nível de poder, é no Poder Local que a importância da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento ganha uma maior dimensão em relação às de mais. Em “outros contextos”, a “Internet” é destacadamente o contexto em que há maior aquisição de conhecimento, seguindo-se “Comunicação Social” e “Amigos”.

Sobre a **sétima secção** e a reflexão desenvolvida pelos alunos acerca da relação entre o exercício do poder e a responsabilidade cívica dos cidadãos, há a realçar as muitas referências ao ato de votar, bem como às consequências de o fazer ou não fazer, vendo o exercício de votar como um “dever” cívico, relacionando a importância do papel do ser um “bom cidadão” para exercer um cargo de poder.

3.3. Feedback da Aula lecionada

Uma aula lecionada no último tempo de sexta-feira, a uma turma de 9.º ano, nunca se adivinha uma tarefa fácil, especialmente quando o tema a ser lecionado se trata de “política”, no entanto tentei procurar imprimir uma dinâmica agradável à aula, tentando através dos recursos utilizados prender a atenção dos alunos. Comecei a introdução aos conteúdos com um pequeno vídeo da Escola Virtual sobre o 25 de Novembro de 1975 para contextualizar a situação política de Portugal no meses que seguiram a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Passei à abordagem dos conteúdos através de apresentação de uma linha temporal com um conjunto de momentos que marcaram o período em causa, acompanhado por imagens e vídeos, passando de seguida para a análise de imagens e

fotografias alusivas aos principais atores políticos da altura e as suas respetivas forças políticas, analisando também um excerto da Constituição Portuguesa de 1976. De seguida passei para a apresentação de um esquema elucidativo da estrutura do Regime Democrático Português e ainda imagens alusivas às regiões autónomas, Açores e Madeira, para finalizar a primeira parte da aula defini o conceito semipresidencialista.

Na segunda parte da aula, introduzi novamente uma linha temporal dos principais acontecimentos políticos do período compreendido entre 25 de Abril de 1974 e os dias de hoje, onde coloquei alguns de vídeos e imagens de teor satírico a acompanhar o apontamento de cada momento, despertando, assim o interesse por parte dos alunos sobre a matéria a ser lecionada, no seguimento, apresentei outra linha temporal dos Presidentes da República desde 1976 até à atualidade. Prosseguindo com o visionamento de dois pequenos vídeos, um sobre a situação económico-social de Portugal nas últimas décadas e outro uma explicação da situação política pela mão de um humorista.

Para finalizar a aula, apresentei um esquema referente aos níveis de poder em Portugal (Poder Central, Poder Regional e Poder Local), explorando, assim, as funções e competências de cada um. Ainda relacionado com este último tema, efetuei vários exercícios de participação coletiva (verdadeiros e falsos, correspondência e escolha múltipla) da Escola Virtual, em que os resultados foram manifestamente positivos face às respostas dadas a cada pergunta.

No geral, mesmo tendo em conta que a temática poderia não ser muito apelativa para a maioria dos alunos, consegui com que os alunos acompanhassem o ritmo desejado, o que permitiu aos alunos disfrutarem das aprendizagens associadas a esta temática de forma divertida e igualmente eficaz, como prova disso, a resolução dos exercícios coletivos manifestamente satisfatória por parte dos alunos.

Considerações Finais

A 26 maio de 2019, nem as urnas ainda tinham aberto para mais um ato eleitoral referente às Eleições Europeias e já se sentenciava tudo que havia para sentenciar, mas só não explicaram aquilo que nunca vão perceber, porque é que os jovens votam tão pouco? “Não é por estupidez nem desinteresse” como relativizava a psicóloga Maria Gaspar de Matos (Faria, 2009).

Se de “estupidez” e “desinteresse” não se trata, podemos ponderar que, talvez, resida no desconhecimento e ignorância a principal razão para que os jovens não participem nos atos eleitorais que elegem, ou não, os seus representantes democráticos, quer seja a nível local, regional, nacional ou internacional. A pergunta que se impunha era: será que a escola tem feito o seu papel no combate a uma eventual ignorância, mais ou menos generalizada dos jovens que caminham a passos largos para a maior idade e conquista do poder de decisão (direito ao voto), sobre os diversos níveis de poder na atualidade, bem como os seus órgãos, funções e importância? Será, com certeza, a busca pela resposta a esta pergunta, a base matriz da construção deste estudo.

Posto isto, o presente estudo teria que focar-se na análise e avaliação do nível de conhecimento que alunos do 9.º e 10.º ano possuíam sobre os diversos níveis de poder, quer nos anos antecedentes, ou eventualmente iniciais, ao direito ao voto. Para isso, construí um questionário onde procurei ter uma perceção sobre a nível de conhecimento ou desconhecimento dos diferentes níveis poder, numa segunda fase procuro adquirir informações do nível de conhecimento mais específicos da temática, sempre numa perspetiva de medição da relevância, ou ausência dela, dos referidos níveis de poder, na última fase busquei, de forma efetiva e através do cunho pessoal do aluno, avaliar o nível de importância do conhecimento numa perspetiva de relação entre exercício do poder e a responsabilidade cívica dos cidadãos.

Sabendo de antemão que o professor de História, como todos os outros, é responsável para contribuir para o desenvolvimento das competências previstas no

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, entendi que este estudo poderá ser importante para a identificação de eventuais lacunas no meio escolar relativamente ao ensino da importância dos órgãos de poder. Era hora, então, de colocar em prática uma auscultação direta aos alunos através da realização de um inquérito suficientemente sólido para tirar ilações necessárias para elaborar medidas concretas para dar resposta à reduzida participação dos jovens nos diversos atos eleitorais.

Mesmo que possamos entender os programas das disciplinas de História e CeD pouco sobre esta temática, cabe a cada docente, não fazer da “política” um assunto tabu no meio escolar, que é abordado de forma cirúrgica, sobre o receio de ser mal interpretado. Afinal de contas os programas das diversas disciplinas estão recheados de exemplos políticos, não há como esconder um elefante que está mesmo meio da sala de aula, são futuros cidadãos que “passam pelas mãos” de todo e qualquer docente, sem subestimar o pré conhecimento que cada aluno possa ter sobre esta e outras temáticas.

Ao longo de todo o percurso da IPP, foi procurado dialogar com os alunos de forma formal, mas também e essencialmente forma informal sobre temas como a política, não fosse o simples facto de possuir algumas tatuagens de teor ideológico, o que despertou o interesse de vários alunos das diferentes turmas, o que resultou em fartas e prolongadas conversas nos corredores da escola sobre política e outros assuntos. Apesar de uma pequena minoria destes alunos demonstrar um conhecimento sólido sobre política, todos eles manifestaram interesse em aprofundar esse conhecimento, independentemente das ideologias com que eventualmente simpatizariam.

Percebi que numa pequena amostra, encontrei jovens despertados, atentos e interessados sobre aquilo que maioritariamente define os destinos das suas vidas, a política. Senti igualmente uma falta de estímulo no sentido do aprofundamento do conhecimento dos órgãos de poder, mas também sobre as orientações ideológicas.

Como grande e derradeira consideração final, entendo que há uma falta de articulação interdisciplinar para preencher o vago de conteúdos sobre a temática dos

níveis de poder, o que vem penalizar e continuará a penalizar os jovens de hoje que amanhã serão os cidadãos com responsabilidades cívicas.

Acredito que não sejam necessários muitos estudos profundos, mas sim atitudes e medidas de fundo que possibilitem aos docentes, ajudar na preparação dos jovens, artilhando-os com competências necessárias para enfrentar o mundo de responsabilidades cívicas que terão de enfrentar num futuro breve, afinal, está lá tudo, no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

Fontes e Bibliografia

Fontes Audiovisuais:

Manuel Castells, O poder da juventude é a autocomunicação

<https://www.fronteiras.com/videos/o-poder-da-juventude-e-a-autocomunicacao>

Centenas à espera da Greta Thunberg no porto de Lisboa

<https://tvi.iol.pt/videosmaisvistos/centenas-a-espera-de-greta-thunberg-no-porto-de-lisboa/5de61ebb0cf2e726c86002fc>

Legislação:

VII Revisão Constitucional (2005), disponível em:

<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Constituição da República Portuguesa, Parte III, Organização do poder político, Título VII, Regiões Autónomas, Artigo 233.º - (Órgãos de governo próprio das regiões) disponível em:

https://bo.io.gov.mo/bo/i/pt/crp92pt/titulo3_7.htm#Artigo%20233.%C2%BA

Bibliografia:

CERCA, I. M. L. O. (2007). *Poder Local e Educação: Que relação? – A Descentralização de Competências Educativas para o Poder Local*. Coimbra: FEUC. (dissertação de mestrado) [Acedido em:

https://myesecweb.esec.pt/cdi/ebooks/docentes/I_Cerca/Tese%20mestrado.pdf.

Último acesso em 12/09/2021]

CNE - Comissão Nacional de Eleições (2020). *Perguntas Frequentes*. Disponível em: <http://www.cne.pt/faq2/96/90> [Último acesso em: 12/09/2021]

FARIA, N. (26 de Maio de 2019). Os Jovens não votam e “não é por estupidez”, *Público*. [Acedido em: <https://www.publico.pt/2019/05/26/sociedade/noticia/-jovens-jovens-nao-votam-nao-estupidez-desinteresse-sentem-partidos-nao-dao-nada-1874118>. Último acesso em 21/09/2021]

FERREIRA, Frederico – Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade. Relatório de Estágio. Angra do Heroísmo, 2011. Relatório de Estágio do Mestrado em Desporto, Especialização em Educação Física Escolar.

FERREIRA, José Medeiros – “A Revolução Autonómica”. In MATOS, Artur Teodoro de *et al.* – *História dos Açores: Dos descobrimentos ao século XX*. Angra de Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura

LEIRINHA, J. C. C. (2015). *O Estado, a Sociedade e o Poder Local: análise nas freguesias do Concelho de Cascais*. Lisboa: ISCTE. (dissertação de mestrado) [Acedido em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10775/1/Joana%20Leirinha%20Disserta%20a7%20a3o%20MAP%202014-2015.pdf>. Último acesso em 20/09/2021]

LOBO, Marina costa et al. (2015) – *Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: Situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

MATOS, Artur Teodoro de – “Escala Atlântica de referência. Entre a atalaia e o oceano e a opressão dos naturais”. In MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, Guilherme Reis – *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*. Vol. I, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp.199-234.

MONJARDINO, Álvaro – “A criação da autonomia regional e as suas intenções”. In MATOS, Artur Teodoro de *et al.* – *História dos Açores: Dos descobrimentos ao século XX*. Angra de Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura

SANTOS, P. (27 de Fevereiro de 2020) Consenso na transferência de competências... ou não!, *Expresso*. [Acedido em:

[https://expresso.pt/blogues/blogue trocando em miudos/2020-02-27-Consenso-na-transferencia-de-competencias-ou-nao](https://expresso.pt/blogues/blogue%20trocando%20em%20miudos/2020-02-27-Consenso-na-transferencia-de-competencias-ou-nao) Último acesso em 20/09/2021]

ENEZA, A. (1986). O Poder Local, 1976-1984: da indefinição à (des)centralização estatal. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20: pp. 693-708 [Acedido em: <http://www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=295>. Último acesso em 12/09/2021]

Sites Consultados:

Assembleia da República: <https://parlamento.pt>

Direção-Geral da Educação: <https://dge.mec.pt>

Educação para a Cidadania: <https://cidadania.dge.mec.pt>

Organização das Nações Unidas: <https://unric.org/pt>

Governo dos Açores: <https://portal.azores.gov.pt>

Direção Regional da Educação (Açores): <https://edu.azores.gov.pt>

Federação Nacional das Associações Juvenis: <https://fnaj.pt>

Anexos

Anexo 1 – Questionário Online (Introdução)

Nível de conhecimento sobre os diversos Órgãos e Cargos de Poder

- Faça uma breve reflexão sobre o nível de conhecimento que entende ter sobre os diversos níveis de Poder, respondendo às questões que se seguem.
- Por favor, leia com atenção as Questões bem como a sua Descrição.

[Inicie sessão no Google](#) para guardar o seu progresso. [Saiba mais](#)

[Seguinte](#) [Limpar formulário](#)

Anexo 2 - Questionário Online (Secção 1 - Dados pessoais)

Secção 1 - Dados pessoais

1.1. Idade: *

A sua resposta

1.2. Género: *

Feminino

Masculino

Outra: _____

1.3. Que ano de escolaridade frequenta? *

9º

10º

[Anterior](#) [Seguinte](#) [Limpar formulário](#)

Anexo 3 - Questionário Online (Secção 2 - Nível de importância dos Órgãos de Poder)

Secção 2 - Nível de importância dos Órgãos e Cargos de Poder

2.1. - Qual o Órgão, na tua opinião, com maior importância? (Ordena por ordem descendente, em que o 5 é o mais importante e o 1 o menos importante) *

	1 (Menos Importante)	2	3	4	5 (Mais Importante)
Junta de Freguesia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assembleia Regional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Câmara Municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assembleia da República	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Parlamento Europeu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.2. - Qual o Cargo, na sua opinião, com maior importância? (Ordena por ordem descendente, em que o 5 é o mais importante e o 1 o menos importante) *

	1 (Menos Importante)	2	3	4	5 (Mais Importante)
Presidente da Junta de Freguesia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Presidente do Governo Regional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Primeiro Ministro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Presidente da Câmara Municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Presidente do Parlamento Europeu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

[Anterior](#) [Seguinte](#) [Limpar formulário](#)

Anexo 4 - Questionário Online (Secção 3 – Conhecimento sobre o Poder Europeu)

Secção 3 - Conhecimento sobre o Poder Europeu (Parlamento Europeu)

3.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre o Poder Europeu? (Parlamento Europeu) *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de conhecimento que possui.

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

3.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento? *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de relevância de cada motivo elencado na sua escolha.

	Irrelevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante
Em contexto familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em contexto escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em contexto escolar, que disciplina?

História (9º ano)

História A (10º ano)

Cidadania

Outra: _____

Outros contextos (exemplos: amigos, internet, meios de comunicação social... etc)

A sua resposta _____

[Anterior](#) [Seguinte](#) [Limpar formulário](#)

Anexo 5 - Questionário Online (Secção 4 – Conhecimento sobre o Poder Nacional)

Secção 4 – Conhecimento sobre o Poder Nacional (Assembleia da República)

4.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre Poder Nacional? (Assembleia da República) *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de conhecimento que possui.

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

4.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento? *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de relevância de cada motivo elencado na sua escolha.

	Irrelevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante
Em contexto familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em contexto escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em contexto escolar, que disciplina?

História (9º ano)

História A (10º ano)

Cidadania

Outra: _____

Outros contextos (exemplos: amigos, internet, meios de comunicação social... etc)

A sua resposta _____

[Anterior](#) [Seguinte](#) [Limpar formulário](#)

Anexo 6 - Questionário Online (Secção 5 – Conhecimento sobre o Poder Regional)

Secção 5 - Conhecimento sobre o Poder Regional (Assembleia Regional)

5.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre Poder Regional? (Assembleia Regional) *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de conhecimento que possui.

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

5.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento? *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de relevância de cada motivo elencado na sua escolha.

	Irrelevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante
Em contexto familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em contexto escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em contexto escolar, que disciplina?

- História (9º ano)
- História A (10º ano)
- Cidadania
- Outra: _____

Outros contextos (exemplos: amigos, internet, comunicação social... etc)

A sua resposta

Anterior

Seguinte

Limpar formulário

Anexo 7 - Questionário Online (Secção 6 – Conhecimento sobre o Poder Local)

Secção 6 - Conhecimento sobre o Poder Local (Câmara Municipal e Junta de Freguesia)

6.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre Poder Local? (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de conhecimento que possui.

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

6.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento? *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de relevância de cada motivo elencado na sua escolha.

	Irrelevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante
Em contexto familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em contexto escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em contexto escolar, que disciplina?

História (9º ano)

História A (10º ano)

Cidadania

Outra: _____

Outros contextos (exemplos: amigos, internet, comunicação social... etc)

A sua resposta _____

[Anterior](#) [Seguinte](#) [Limpar formulário](#)

Anexo 8 - Questionário Online (Secção 7 – Pergunta Aberta)

Secção 7 - Importância do conhecimento sobre os Órgãos e Cargos de Poder

7.1. Relaciona, por palavras tuas, o exercício do poder com a responsabilidade cívica dos cidadãos. *

Faz uma pequena reflexão relacionando "exercício do poder" com "responsabilidade cívica".

A sua resposta

[Anterior](#) [Seguinte](#) [Limpar formulário](#)

Anexo 9 - Questionário Online (Saudação Final)

OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!! :)

(Clica em «SUBMETER» para concluir o inquérito)

[Anterior](#) [Submeter](#) [Limpar formulário](#)

Anexo 10 – Questionário Escrito

Nível de conhecimento sobre os diversos Órgãos e Cargos de Poder

Nível de conhecimento sobre os diversos Órgãos de Poder

- Faça uma breve reflexão sobre o nível de conhecimento que entende ter sobre os diversos níveis de Poder, respondendo às questões que se seguem.

- Por favor, leia com atenção as Questões bem como a sua Descrição.

*Obrigatório

Secção 1 - Dados pessoais

1.1. Idade: *

1.2. Género: *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

Outra: _____

1.3. Que ano de escolaridade frequenta? *

Marcar apenas uma oval.

9º

10º

Nível de conhecimento sobre os diversos Órgãos e Cargos de Poder

Secção 2 -Nível de importância dos Órgãos e Cargos de Poder

2.1. Qual o Órgão, na tua opinião, com maior importância? (Ordena por ordem descendente, em que o 5 é o mais importante e o 1 o menos importante) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 (Menos Importante)	2	3	4	5 (Mais Importante)
Parlamento Europeu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assembleia da República	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assembleia Regional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Câmara Municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Junta de Freguesia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.2. Qual o Cargo, na sua opinião, com maior importância? (Ordena por ordem descendente, em que o 5 é o mais importante e o 1 o menos importante)

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 (Menos Importante)	2	3	4	5 (Mais Importante)
Presidente do Parlamento Europeu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Primeiro Ministro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Presidente do Governo Regional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Presidente da Câmara Municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Presidente da Junta de Freguesia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Nível de conhecimento sobre os diversos Órgãos e Cargos de Poder

Secção 3 - Conhecimento sobre o Poder Europeu (Parlamento Europeu)

3.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre o Poder Europeu? (Parlamento Europeu) *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de conhecimento que possui.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

3.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento? *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de relevância de cada motivo elencado na sua escolha.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Irrelevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante
Em contexto familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em contexto escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em que disciplina?

Marcar apenas uma oval.

- História (9º ano)
- História A (10º ano)
- Cidadania
- Outra: _____

Outro (exemplos: amigos, internet, meios de comunicação social... etc)

Nível de conhecimento sobre os diversos Órgãos e Cargos de Poder

Secção 4 - Conhecimento sobre o Poder Nacional (Assembleia da República)

4.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre Poder Nacional? (Assembleia da República) *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de conhecimento que possui.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

4.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento? *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de relevância de cada motivo elencado na sua escolha.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Irrelevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante
Em contexto familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em contexto escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em que disciplina?

Marcar apenas uma oval.

- História (9º ano)
- História A (10º ano)
- Cidadania
- Outra: _____

Outro (exemplos: amigos, internet, meios de comunicação social... etc)

Nível de conhecimento sobre os diversos Órgãos e Cargos de Poder

Secção 5 - Conhecimento sobre o Poder Regional (Assembleia Regional)

5.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre Poder Regional? (Assembleia Regional) *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de conhecimento que possui.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

5.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento? *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de relevância de cada motivo elencado na sua escolha.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Irrelevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante
Em contexto familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em contexto escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em que disciplina?

Marcar apenas uma oval.

- História (9º ano)
- História A (10º ano)
- Cidadania
- Outra: _____

Outro (exemplos: amigos, internet, comunicação social... etc)

Nível de conhecimento sobre os diversos Órgãos e Cargos de Poder

Secção 6 - Conhecimento sobre o Poder Local (Câmara Municipal e Junta de Freguesia)

6.1. Que nível de conhecimento entende ter sobre Poder Local? (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de conhecimento que possui.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

6.2. Em que contexto adquiriu este conhecimento? *

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de relevância de cada motivo elencado na sua escolha.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Irrelevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante
Em contexto familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em contexto escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em que disciplina?

Marcar apenas uma oval.

- História (9º ano)
- História A (10º ano)
- Cidadania
- Outra: _____

Outro (exemplos: amigos, internet, comunicação social... etc)

Secção 7 - Importância do conhecimento sobre os Órgãos e Cargos de Poder

7.1. Relaciona, por palavras tuas, o exercício do poder com a responsabilidade cívica dos cidadãos.*

Faz uma pequena reflexão relacionando "exercício do poder" com "responsabilidade cívica".

OBRIGADO!!
Professor António Machado

Anexo 11 – Plano de Aula lecionada sobre a Democratização em Portugal

Tema: Do Segundo Pós-Guerra aos anos 80		
Subtema: Portugal, do Autoritarismo à Democracia		
Sumário: Portugal Democrático; Democratização e as novas instituições democráticas.	Tempo letivo:	90 minutos (9.º B)
Aprendizagens Essenciais: <ul style="list-style-type: none"> Compreender a complexidade do processo de democratização, do PREC à progressiva instalação e consolidação das estruturas democráticas. 	Conceitos: Semipresidencialismo; Democratização; Autonomia Regional; Poder Autárquico e Descentralização.	
Questões-orientadoras: <ul style="list-style-type: none"> Como se caracteriza o regime democrático português? Como evoluiu o regime democrático até à atualidade? 		

Conteúdos	Indicadores de aprendizagem	Estratégias de aprendizagem	Avaliação
1. As eleições para Assembleia Constituinte, realizadas em 25 de abril de 1975, saldaram-se por uma ampla participação popular e por uma clara preferência pelos partidos moderados (vitória do PS, seguido pelo PPD/PSD). Com este resultado, estes partidos ficaram em condições de exigir o regresso à normalidade, apoiando”, em 25 de novembro daquele ano, um	1. Descreve como se caracteriza o regime democrático português.	Enquadramento dos antecedentes dos conteúdos a serem lecionados: A Revolução do 25 de Abril de 1974 Motivação: Visionamento de um pequeno vídeo sobre pós-revolução 25 de Novembro de 1975. (Diapositivo 5 do PowerPoint) 1.1. Interpretação de uma linha temporal animada e acompanhada por imagens de forma a que alunos identifiquem as os principais acontecimentos do período pós-revolucionário de 25 de Abril de 1974. (Diapositivo 6 do PowerPoint)	• Observação direta: motivação e participação;

<p>movimento militar que dominou uma facção mais radical. Em 2 de abril de 1976 foi aprovada a nova Constituição da República, realizando-se no dia 25 de Abril desse ano as primeiras eleições para a Assembleia da República, em 27 de junho do mesmo ano foi eleito presidente da República o general António Ramalho Eanes.</p> <p>Apesar da instabilidade governativa inicial, as novas políticas consolidaram-se. Portugal tornou-se uma democracia parlamentar do tipo semipresidencial, passando o Governo, nomeado pelo presidente, a refletir o equilíbrio político expresso na Assembleia da República. A independência do poder judicial foi reforçada e instituiu-se um poder local democrático bem o como a consagração da autonomia regional nos Açores e Madeira.</p>		<p>1.2. Visionamento de imagens alusivas aos principais líderes e respetivas lideranças políticas, de forma a destacar os principais personagens do período pós-revolucionário, bem como figurino partidário da altura; Leitura de um documento (Doc. 1, pág. 182) com extratos retirados da Constituição de 1976, com o objetivo dos alunos compreenderem os pilares fundamentais da constituição portuguesa. (Diapositivo 7 do PowerPoint)</p> <p>1.3. Interpretação de um esquema e de duas imagens alusivas à estrutura do Regime Democrático Português Central e Regional (Açores e Madeira) de forma a que os alunos percebam a sua estrutura de funcionamento. (Diapositivo 8 do PowerPoint)</p> <p>1.4. Leitura e registo do conceito de Semipresidencialismo, com o intuito dos alunos compreenderem o regime instaurado em Portugal. (Diapositivo 9 do PowerPoint)</p> <p>1.5 Análise de processos resultantes do PREC, com o intuito dos alunos cimentarem os conceitos como nacionalizações e reforma agrária. (Diapositivo 12 do PowerPoint)</p>	<p>• Avaliação do interesse através das respostas dadas às questões colocadas.</p> <p>• Observação direta: interesse e empenho;</p>
---	--	--	---

<p>2. Os primeiros governos constitucionais, sobretudo os chefiados por Mário Soares (1976-1978), tiveram de enfrentar uma grave crise financeira e a correção dos excessos do período revolucionário. Em 1979, uma coligação de PSD e do CDS conquistou a maioria parlamentar, tendo acordado com o PS, em 1982, uma revisão constitucional que eliminou o Conselho da Revolução, instituiu o Tribunal Constitucional e reforçou as competências do Parlamento. Após um governo de “bloco central” entre PS e PSD (1983-1985), que preparou a adesão de Portugal à CEE, seguiu-se, em 1985 e 1995, um período de domínio político do PSD, sob a liderança de Aníbal Cavaco Silva. Entre 1995 e 2002, o PS voltou ao poder com António Guterres e, após um período de maioria do PSD e do CDS coligados, regressou em 2005 com José Sócrates. Em 2011 tomou posse um governo liderado por Pedro Passos Coelho (apoiado pelo PSD e CDS), a que sucedeu, em 2015, um governo do PS liderado por António Costa.</p> <p>Com a eleição de Mário Soares para a presidência da República, em 1986, os militares retiraram-se definitivamente da vida política. Outros civis sucederam-lhe: Jorge Sampaio, em 1996, Aníbal Cavaco Silva, em 2006 e Marcelo Rebelo de Sousa, em 2016.</p>	<p>2. Descreve a evolução do regime democrático até à atualidade.</p>	<p>2.1 Interpretação de uma linha temporal animada e acompanhada por imagens de forma a que alunos identifiquem os principais acontecimentos que marcaram a evolução do Regime Democrático desde do pós-revolução de 1974 até à atualidade. (Diapositivos 11 e 12 do PowerPoint)</p> <p>2.2. Interpretação de uma linha temporal animada e acompanhada por imagens de forma a que alunos identifiquem os Presidentes da República desde 1976 à atualidade. (Diapositivo 13 do PowerPoint)</p> <p>2.3. Visionamento de dois pequenos vídeos-resumo da evolução da situação económico-social das duas décadas e da situação política atual, para reflexão por parte dos alunos. (Diapositivos 14 e 15 do PowerPoint)</p> <p>2.4. Interpretação de imagens e pequenos textos relativos aos diversos órgãos de poder (Central, Regional e Local), de maneira que os alunos compreenda o essencial do seu funcionamento (Diapositivo 16 do PowerPoint)</p> <p>2.5. Realização de um exercício em coletivo, da Escola Virtual sobre os conteúdos lecionados. (Diapositivo 16 do PowerPoint)</p> <p>Trabalho de Grupo: escolha por parte de cada grupo de um partido político (dos com</p>	<p>• Observação direta: motivação e participação;</p> <p>• Avaliação do interesse através das respostas dadas às questões colocadas.</p> <p>• Avaliação: respostas dadas nos exercícios;</p>
--	---	--	---

		<p>maior representação no pós-25 de Abril), com entrega de trabalho escrito e apresentação oral do mesmo.</p>	
--	--	---	--

<p>Competências específicas da História:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a aquisição e utilizar referentes de tempo e de unidades de tempo histórico: antes de, depois de, milénio, século, ano, era; (A; B; C; I). • Localizar em representações cartográficas, de diversos tipos, locais e eventos históricos; (A; B; C; I). • Compreender a necessidade das fontes históricas para a produção do conhecimento histórico; (A; B; C; D; F; I). • Utilizar adequadamente fontes históricas de tipologia diversa, recolhendo e tratando a informação para a abordagem da realidade social numa perspetiva crítica; (A; B; C; D; F; H; I). • Reforçar a utilização de conceitos operatórios e metodológicos da disciplina de História; (C; D; F; I). • Compreender a existência de continuidades e de ruturas no processo histórico, estabelecendo relações de causalidade e de consequência; (A; B; C; D; F; G; I). • Relacionar, sempre que possível, as aprendizagens com a História regional e local, valorizando o património histórico e cultural existente na região/local onde habita/estuda; (A; B; C; D; E; F; G; H; I) Promover o respeito pela diferença, reconhecendo e valorizando a diversidade: étnica, ideológica, cultural, sexual; (A; B; C; D; E; F; G; H; I). <p>Fontes e Bibliografia</p> <p>Bibliografia</p> <ul style="list-style-type: none"> • MAIA, Cristina; RIBEIRO, Cláudia Pinto; AFONSO, Isabel (2020) - Novo Viva a História! História 9.º ano. Porto: Porto Editora; • NETO, Helena et al. (2015) - História 9.º ano, Projeto Desafios (2015). Lisboa: SANTILLANA. <p>Webgrafia</p> <ul style="list-style-type: none"> • https://escolavirtual.pt • https://media.rtp.pt
